



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### **ATA DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2018**

-----Aos dezanove dias do mês de dezembro de 2018, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), iniciada no dia 14 de dezembro, sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

#### **-----1º Ponto da Ordem de Trabalhos – “Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento’2019 – Mapa de Pessoal”.-----**

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Fernando José Mestre Patrício, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luísa Margarida Cagica Carvalho, João Filipe Paulo Pólvora, Andredina Gomes Cardoso, Paulo do Carmo de Sá Caetano e Faustino Marques;-----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda – José António Melo Nunes Guerra.-----

----- Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes e a representante da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Sara Raquel Marques Almeida Pereira.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Informou que a Deputada do Grupo Municipal do PS, Bertina Pereira João Duarte, solicitara a substituição, por motivo de ordem familiar, sendo convocado para a substituir o Deputado Faustino Marques, já presente na sala. Também a Presidente da Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos, informou que não podia comparecer porque se realizava à mesma hora a reunião da

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia de Freguesia e que era substituída por Sara Raquel Marques Almeida Pereira. -----

-----Verificaram-se ainda as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva.-----

-----Estiveram ainda presentes o Diretor do Departamento de Finanças e Património, Dr. Aníbal Sardinha, a Chefe de Divisão de Economia e Gestão, Dra. Graça Candeias e o Dr. António Mendonça.-----

-----A **Presidente da AMS** cumprimentou o Presidente da CMS, os Vereadores, a equipa técnica que acompanhou o executivo, o público, as trabalhadoras da Unidade de Apoio e os colegas da AMS.-----

-----Perguntou se algum Deputado queria colocar questões relativamente ao expediente recebido na AMS desde a última sessão, mas nenhum Deputado se manifestou sobre o mesmo. -----

-----Disse que tinha duas informações e agradecia a atenção dos Deputados. A primeira tinha a ver com um conjunto de Decretos-Lei respeitantes à transferência de competências da administração central para as autarquias, que já se encontravam na PAMS, e agradecia que os Deputados pudessem fazer a sua leitura. Naturalmente que a leitura e análise tinham a ver com o facto das assembleias municipais terem de deliberar sobre a aceitação ou não dessas matérias. Posto isto, e após ter conversado com o Sr. Presidente da Câmara, era necessário realizar, no mês de janeiro, uma sessão extraordinária pelo que agradecia que registassem nas agendas o dia 25 de janeiro. -----

-----Disse que gostaria de informar, embora estivessem apenas 5 elementos do público, que a presente reunião se tratava da 2ª reunião da sessão ordinária de dezembro, e que fazia a abordagem exclusiva das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2019 – Mapa de Pessoal. No entanto se os cidadãos presentes assim entendessem, poderiam no “Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos” colocar alguma questão, apenas tinham de preencher um formulário próprio disponibilizado pela funcionária de apoio à AMS. -----

-----Informou que já tinha conversado com os elementos da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais sobre a integração do “PAOD”, para um Voto de Pesar pelo acidente recentemente ocorrido com o helicóptero do INEM, tendo solicitado à segunda secretária da AMS, Deputada Conceição Gonçalves, para fazer a sua leitura e que se reproduz:-----

-----*“À semelhança do lema dos Bombeiros Portugueses «Vida por Vida», é bom saber que tais ideais se mantêm no espírito dos mais diversos agentes de Proteção Civil traduzida numa afirmação clara e coerente dos ideais de fraternidade e solidariedade.* -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*De facto, reveste a importância de homenagear estes heróis que se entregaram a uma missão solidária e imprevisível.*-----

-----*Nesta hora de consternação e de pesar, vimos muito respeitosamente expressar as nossas sentidas condolências ao INEM, perante a memória dos seus colaboradores.*-----

-----*A nossa atenção vai para o lado mais cruel da vida, aquela que é implacável e a todos afeta indistintamente: "As perdas do ser humano".*-----

-----*Há momentos em nossas vidas que somos tomados por uma enorme sensação de inutilidade, de vazio. Questionamos o porquê e nada parece fazer sentido.*-----

-----*Uma palavra de apreço pelo empenho, envolvimento e dedicação destes homens e mulheres, que abraçaram uma causa e a cumpriram com seriedade, que vivem riscos para salvar vidas e acordam a cada dia com a mesma missão mas o sucesso nem sempre está presente.*-----

-----*A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 19 de Dezembro de 2018, aprova um voto de pesar pela morte do piloto João Lima, do copiloto Luís Rosindo, do médico Luís Vega e da enfermeira Daniela Silva e apresenta sentidas condolências às famílias, ao INEM e a todos os que sentem a sua ausência."*-----

-----Submetido a votação o Voto de Pesar atrás transcrito mereceu aprovação unânime e foi ainda guardado um minuto de silêncio em memória das vítimas.-----

-----Posteriormente **a Presidente da AMS** abriu o "**Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos**" mas não se verificou nenhuma inscrição do público para intervir.-----

-----Deu início ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos "**Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2018 – Mapa de Pessoal.**"-----

-----Informou que no dia 13 do presente mês se tinha realizado uma reunião com todas as Comissões, com a presença do Presidente da CMS, do Vereador José Polido, do Diretor do Departamento de Finanças e Património, Dr. Aníbal Sardinha, da Chefe de Divisão de Economia e Gestão, Dra. Graça Candeias e do Dr. António Mendonça. Nessa reunião tinha sido feita a apresentação das GOP's, quer no ponto de vista financeiro, quer no ponto de vista das intenções de trabalho para o próximo ano. Tinham sido colocadas algumas questões pelos Deputados sobre dúvidas que surgiram decorrentes do próprio plano, mas não tinha havido nenhuma manifestação clara do sentido de voto.-----

-----Depois deu a palavra **ao Presidente da CMS** para fazer a apresentação da presente matéria.-----

-----**O Presidente da CMS** cumprimentou todos os presentes na sala e justificou a ausência da Vice-presidente da CMS e do Vereador Francisco Luís.-----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que não se ia alongar na explicação relativamente às GOP e ao Mapa de Pessoal, porque tinha tido a oportunidade, na reunião do passado dia 13, com todas as Comissões, de uma forma mais precisa e concisa, de fazer a explanação de todo o documento, quer no ponto de vista estratégico, político, e também técnico. Assim como no âmbito daquilo que fora as reuniões no quadro do Estatuto do Direito da Oposição, tinha sido explicitado mais a montante o que eram as ambições para o ano de 2019. -- -----

-----Disse que o orçamento para 2019 rondava os 54,7 milhões de euros e era um orçamento exigente no ponto de vista daquilo que era a sua execução. Tinha-se tentado acomodar um conjunto grande de investimentos num curto espaço de tempo. De acordo com a previsão que tinham, por via quer dos procedimentos a decorrer, quer também das candidaturas no quadro dos Fundos Comunitários, era expectável que no próximo ano pudessem ter um conjunto maior de incidência de execução, física e financeira desses processos. Quer os investimentos financiados por Fundos Comunitários, quer alguns que resultavam de acordos com a Administração Central, como a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, o Tribunal e o Centro de Saúde de Sesimbra. No cronograma que tinham definido, o ano de 2020 seria aquele onde existiria maior ênfase do ponto de execução física e financeira. -----

-----Referiu que dos 54,7 milhões de euros tinha havido a necessidade e a dificuldade de poderem ter as despesas de pessoal, acomodadas no quadro do próprio orçamento da Câmara para 2019, resultantes da nova estrutura, sobretudo pela afetação dos recursos humanos às novas unidades, e o que resultava com o aumento da despesa por um conjunto de fatores. Desde logo diretamente com a própria estrutura, com a alteração dos posicionamentos remuneratórios, com a aplicação da opção gestionária, com as novas contratações, e o aumento do salário mínimo nacional previsto. E tudo isso tinha resultado no montante estimado na ordem dos 22 milhões de euros, onde estavam acomodadas todas as despesas máximas previsíveis em recursos humanos, e que tinha condicionado também a elaboração de todos os documentos previsionais, obrigando a um grande trabalho de todos os serviços técnicos. -----

-----Referiu ainda, que dos 54,7 milhões de euros, 24 milhões diziam respeito às GOP's, pois iam entrar num ciclo particularmente difícil, exigente, e que obrigava a um rigor financeiro muito elevado por parte do município. Rigor financeiro que resultava também da necessidade de terem uma execução da receita que pudesse acomodar todo o conjunto de despesa que estava prevista, incluindo as despesas dos investimentos e um rigor financeiro, que também os obrigava do ponto de vista da execução dos próprios projetos a ter uma celeridade e uma responsabilidade bem grande sobre o conjunto que tinham estimado para os próximos anos. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que gostaria apenas de salientar, no quadro dos investimentos, que o próximo ano tinha previsto, já em janeiro, o início da nova Escola do 1º Ciclo e Pré-escolar com Polidesportivo, na Quinta do Conde, um investimento que rondava 1,7 milhões de euros, com prazo de execução superior a 1 ano. Era previsto iniciarem, também no início de 2019, a primeira fase de reabilitação e ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, em que era expectável se iniciar a parte de ampliação que estava estimada em 2,4 milhões de euros, mais IVA a 6%. Também estava previsto iniciar-se a construção do novo Auditório da Quinta do Conde, que tinha uma estimativa que rondava 1,4 milhões de euros e que nem sequer era cofinanciado. Tinham dois procedimentos a decorrer de reabilitação do Cabo Espichel, um para a área envolvente e outro para a reabilitação do aqueduto, em valores que se aproximavam dos 700 mil euros. -----

-----Quanto ao Centro de Saúde de Sesimbra disse que estavam a articular com a ARSLVT-Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Tinha saído o Aviso para construção de USF – Unidades de Saúde Familiar, não sabiam ainda se era expectável que a totalidade do edifício pudesse vir a ser financiado, uma vez que tinha um conjunto de valências para além da própria USF, mas iam a jogo com a candidatura, mesmo que daí não resultasse um financiamento total do edifício, com a certeza de que era um edifício na ordem dos 1,5 milhões de euros, com uma comparticipação na ordem de 1 milhão de euros, mesmo que fosse 100 ou 200 mil euros que viesse a ser cofinanciado a 50% seria sempre um ganho no ponto de vista do erário público. -----

-----Comunicou que estavam entregues todas as peças do novo Tribunal, sendo expectável que no primeiro trimestre de 2019 pudesse ser lançado o concurso. A Câmara Municipal tinha ficado com a responsabilidade dos arranjos exteriores e sobretudo as acessibilidades. Tinham já o projeto que se estimava em cerca de meio milhão de euros. -----

-----Disse depois que a CMS tinha um projeto grande, estimado em 2,9 milhões de euros, com IVA incluído, que era a reabilitação da Vila Amália, a requalificação do edifício de habitação social, no Largo 2 de Abril e o próprio Largo. O objetivo aqui era tentar lançar um procedimento único, se bem que tecnicamente estavam a ver se era possível tendo em conta as regras dos Fundos Comunitários uma vez que estavam a falar de dois procedimentos diferentes, e não era o mesmo fundo. -----

-----A CMS estava a ver se era possível que isso pudesse vir a acontecer até porque a cogestão dessa intervenção por potenciais empreiteiros diferentes podia ser difícil. A ideia era conciliar as duas intervenções que eram completamente diferentes, uma de reabilitação da Mata da Vila Amália, para



## Assembleia Municipal de Sesimbra

construção de um espaço verde de fruição com uma série de equipamentos, e outro tinha a ver com um edifício municipal e reclassificação do Largo 2 de abril.-----

-----A CMS tinha um conjunto de candidaturas, que tinham sido submetidas naquele dia, e iam a ratificação na primeira reunião de Câmara de janeiro e que tinham a ver com a eficiência energética. O concurso tinha sofrido uma alteração nos últimos dias, porque 50% do financiamento era reembolsável e naquele momento era a fundo perdido, fazia todo o sentido que o município investisse.-----

-----Estava prevista a requalificação dos espaços exteriores das habitações municipais. -----

-----Também estava previsto o saneamento da freguesia do Castelo, para fechar o sistema, nomeadamente a intervenção na Azoia e Zambujal, estimado em mais de 1 milhão de euros. -----

-----Estava previsto um grande investimento no abastecimento público, nomeadamente ao nível da captação, armazenamento e distribuição de rede de águas, com a opção de que cada intervenção que se fizesse de maior volume, poderem substituir todas as condutas. -----

-----Iriam continuar com o programa de repavimentações, sendo que só as novas pavimentações para o próximo ano representavam um investimento na ordem dos 600 mil euros. -----

-----Informou que tinha ido a reunião de câmara a minuta do contrato da obra do canil municipal. Era expectável que se iniciasse nos primeiros dias de janeiro, no valor de 444 mil euros, mais IVA. -----

-----Indicou que havia a opção de 700 mil euros para darem alguma alavancagem nas obras de infraestruturas das Augis. A expectativa era que fosse um investimento com algum retorno, porque as pessoas acabavam por ter de pagar as participações, das obras às administrações, e das taxas urbanísticas à Câmara Municipal de Sesimbra.-----

-----Referiu um grande impulso nas obras do PAMUS que já tinham sido iniciadas em 2018, nomeadamente, o troço Maçã/Santana – iniciado com o estacionamento junto ao Parque Augusto Pólvora, o troço Alfarim/Caixas – iniciado há duas semanas, mas iniciar-se-ia um conjunto de novos troços. O troço Almoinha/Santana, Zambujal/Santana e Santana/Cotovia. O que ficaria por uma questão meramente estratégica, provavelmente mais para o final de 2019 e se possível até protelar para 2020, tinha a ver com o troço Aldeia Nova da Azoia/Azoia, porque com as obras, quer do saneamento, quer a empreitada adjudicada recentemente da conduta principal em toda a zona da Azoia, obrigava que a Câmara tivesse esta gestão do conjunto das empreitadas. -----

-----Realçou o reforço no material circulante, que resultava do empréstimo contraído ao abrigo do orçamento de 2018, no valor de 1,2 milhões de euros, quase especificamente para a aquisição de viaturas e meios mais pesados para os serviços de proximidade, higiene urbana, manutenção das vias de

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

comunicação, limpeza, e que naquele momento estava a decorrer um conjunto de procedimentos concursais para a aquisição dessas mesmas viaturas. E o reforço de recursos humanos ao nível das categorias mais baixas, assistentes operacionais, para essa área.-----

-----O início do projeto de recolha porta a porta, que se iria iniciar no Casal do Sapo, Fontainhas, Courelas da Brava e parte da Boa Água, mas existia a expectativa, em articulação com a AMARSUL, de se poder estender à Quinta do Conde numa zona mais abrangente. -----

-----Referiu mais duas questões, uma que estava no quadro de investimentos plurianuais, o Pavilhão Multiusos na Quinta do Conde. E a outra que seria a solução de terem a médio prazo, a instalação dos serviços municipais, nomeadamente com a construção de um novo edifício. E que pudesse ser encontrada a melhor forma possível considerando o erário público, tendo em conta também a propriedade de solos da Câmara Municipal na Vila de Sesimbra. Um esforço exigente no ponto de vista do rigor financeiro para levar à prática o conjunto de investimentos e sem pôr em causa as áreas imateriais da educação, ação social, cultura, apoio ao movimento associativo, proteção civil, onde se incluía também o financiamento dos Bombeiros.-----

-----Por fim disse que ficava a aguardar pelas questões que os Deputados pretendessem colocar.-----

-----**A Presidente da AMS** deu a palavra ao Deputados Municipais.-----

-----Usou da palavra o **Deputado João Valente** que cumprimentou todos os presentes e referiu que a bancada da CDU tinha analisado a proposta das Grandes Opções do Plano para 2019. No que se referia à receita própria, a autarquia continuava a defender e a depender da obtenção de receita própria. As verbas transferidas da Administração Central, devido à forma de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, representam apenas 5% do total da receita obtida, ou seja, continuava a não ser cumprida a Lei de Finanças Locais. -----

-----Referiu que depois de analisada a proposta da Câmara Municipal de Sesimbra, na ordem dos 54 milhões de euros, superior em 3.700 milhões de euros relativamente ao orçamento anterior, previa-se efetivamente um crescimento moderado mas realista. Existia uma perspetiva de aumento de receitas provenientes das AUGI's, bem como receitas de capitais resultantes das participações dos Fundos Comunitários. -----

-----Seria ainda de realçar na análise que tinham feito, que a Câmara Municipal de Sesimbra se encontrava entre as 7 autarquias do país com menos dependência de transferências do orçamento do Estado. Ou seja, no total das receitas de capital, a Câmara Municipal continuava a receber do FEF, apenas 1, 37% da referida receita.-----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No que respeitava às despesas de capital, uma parte dizia respeito aos compromissos assumidos pela autarquia ao Portugal 2020, mas também ao Fundo de Apoio Municipal e ao empréstimo ao abrigo do PAEL. -----

-----No que respeitava às despesas correntes, as despesas com o pessoal assumiriam um grande enfoque, pois estimava-se à volta de 22 milhões, cujo aumento relativo a 2018 resultava de alguns pontos como o descongelamento de carreiras e o posicionamento remuneratório. Também havia encargos referentes a futuros e novos recrutamentos na nova estrutura orgânica, assim como também já se previa o aumento do salário mínimo para o próximo ano. Incluía-se ainda nestas despesas, os apoios sociais às famílias, inclusive no âmbito da educação, que continuava a garantir o acesso à escola e o cumprimento da escolaridade obrigatória.-----

-----Nas despesas de pessoal continuavam a verificar uma clara aposta nos serviços de proximidade, nomeadamente na manutenção do espaço público, na higiene urbana, sendo urgente e necessária a contratação de recursos que estava espelhada no presente orçamento. Seria ainda importante valorizar ali o papel que os trabalhadores vinham mantendo na prestação dos serviços públicos com o número efetivo deficitário devido à impossibilidade de contratação que tinha existido nos últimos anos. -----

-----Referiu, no que dizia respeito às despesas de capital, que a autarquia cumpriria com as suas obrigações ao Estado Português tal como tinham ouvido há pouco, a construção do Tribunal, o Centro de Saúde de Sesimbra, a requalificação do Cabo Espichel, e sublinhar ali, adquirido ao Estado Português, a conclusão da rede de saneamento da freguesia do Castelo e da recuperação do investimento da rede viária e do saneamento. A ampliação de infraestruturas no que dizia respeito ao ensino pré-escolar e básico da Quinta do Conde, assim como o canil, que já vinha na revista do presente mês. Assim como tinham ficado satisfeitos por o Bloco da Mata se incluir nos investimentos. -----

-----Ficava assim demonstrado que sem aumentar impostos e com uma gestão rigorosa, responsável, séria, por parte do executivo municipal, ia-se continuar a investir no concelho de Sesimbra. Sem aumentar os impostos, ou tarifários dos serviços urbanos, e estava a referir-se à água, a CMS continuaria a substituir parte da Administração Central nas obras que eram da sua competência. Com a liquidação ainda do empréstimo do BEI – Banco Europeu de Investimento, aquele orçamento previa um desagravamento também da dívida global, ou seja, ao mesmo tempo a dívida de médio e longo prazo cifrava-se nos 13 milhões.-----

-----O Grupo Municipal da CDU ia votar favoravelmente o presente orçamento porque era realista, era exequível e por considerarem que os documentos em referência respeitavam todos os compromissos

Ata nº16 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

assumidos por parte do executivo aquando do trabalho iniciado, quer no mandato anterior, quer no que respeitava ao desenvolvimento económico-social do concelho de Sesimbra.-----

-----**O Deputado João Rodrigues** referiu que estavam a discutir o orçamento para 2019, e, como sabiam, o Movimento Sesimbra Unida na discussão do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que era uma das parcelas de receita, tinha defendido a baixa desse imposto, com base no significativo aumento da receita do IMI nos últimos anos, cerca de 5 milhões de euros, um acumulado de cerca de 18 milhões de euros, e também a posição que o município tinha a nível nacional, em que metade dos concelhos fixavam a taxa mínima, só um tinha a taxa acima de Sesimbra, um tinha igual e 8 abaixo da taxa de Sesimbra. E como prémio aos cidadãos do concelho deste concelho o MSU tinha proposto uma redução, claro que não podia ser significativa porque havia um grande investimento. E se o orçamento era baseado num ponto em que discordavam, era evidente que também tinham que discordar do orçamento naquele aspeto. -----

-----Outro ponto muito importante era a despesa e a despesa naquele orçamento para 2019 na componente das despesas com pessoal. E conviria talvez fazer uma análise mais pormenorizada do que é que estavam a falar para que não fosse mal-entendido e para que não pensassem que não queria um ordenado justo. Defendia que o ordenado mínimo nacional devia ser muito superior ao que era atualmente. -----

-----Era propósito do executivo repor, de certa forma, em termos de pessoal, a situação em 2012 que tinha sido proposta pelo próprio executivo, e que depois sofrera um retrocesso face a condicionantes externas do Governo, mas se fossem analisar a situação de 2012 para o que era proposto para 2019, verificavam o seguinte: -----

-----O número total de postos de trabalho em 2012 era 1099, o que se propunha para 2019, era 1103, uma diferença quase nula, apenas mais 4 postos de trabalho. Em termos de postos de trabalho estavam numa análise comparativa entre 2012 e 2019 sem qualquer diferença relevante. Só que em 2012 tinham encargos orçamentados de cerca de 19 milhões de euros e para 2019 estavam a falar de 22 milhões de euros. Ou seja, para um quadro em termos de quantidade global quase igual, o orçamento aumentava 3 milhões de euros e isto tinha impacto efetivamente na gestão futura do presente executivo. Se se cingissem apenas em 2018 e 2019, o aumento era de 2,5 milhões de euros. E qual era aqui o fator importante nas despesas com o pessoal? Não era uma despesa variável. No momento em que havia um incremento desta, esse incremento ia-se repercutir nos anos seguintes, ou seja, em 10 anos eram 25 milhões, e assim sucessivamente. Ou seja, o impacto quando se fazia uma reestruturação, ou uma

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

alteração nos encargos com o pessoal, não era para o ano seguinte, era para o futuro. E na opinião do MSU esta observação fazia todo o sentido pelo seguinte: Se acompassem este incremento na despesa com o pessoal, com o esforço que estava a ser feito de aumento significativo do investimento, a preocupação do MSU era que isto levasse a uma repetição, e esperava que ninguém se esquecesse da situação que já ocorrera no passado. No ciclo anterior de 2009/2013 tiveram que recorrer ao PAEL, em 2012, numa situação crítica em 2011, e não queriam que isso voltasse a acontecer. Portanto a preocupação do MSU era que o esforço adicional com encargos com o pessoal, o esforço acrescido de investimento, viesse a levar o município a uma situação de rotura como aconteceu em 2011. -----

-----Lembrou que na reunião das comissões e na própria sessão da assembleia, quando se discutira a proposta do executivo de reorganização dos serviços, se previa um incremento de despesa com pessoal entre um milhão e um milhão e duzentos mil euros. Por isso, quando reuniram no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, o executivo estava convicto e dera-lhes conhecimento que o orçamento da receita estava fechado, porque encaixava perfeitamente esse aumento, mas não foi isso que acontecera. -----

-----Acreditavam que o executivo ficara tão surpreso quanto eles, quando foi confrontado com a realidade que não era um milhão e duzentos mil euros, mas dois milhões e meio de euros, mais de um milhão de euros daquilo que estava previsto. Porque se tivesse acertado na previsão não era preciso haver a retificação no orçamento da receita. Para isso, bastava ver que o orçamento da receita global apresentado inicialmente, era de 53.400 milhões de euros, e o orçamento atual era de 54.700 milhões de euros, ou seja, mais 1.348 M€. O MSU não tinha dúvidas que este valor não ia ser atingido em 2019, porque era um processo de recrutamento e de reestruturação que não se fazia de um dia para o outro, mas tinham que ter noção de que este valor era um valor previsível numa situação cruzeiro, num quadro completo e de um ano completo. Era esta análise que tinham que fazer, ou seja, esta sua preocupação nem incidia fundamentalmente no ano de 2019, porque não se ia atingir este valor, mas provavelmente em 2020 iam atingir. E isto era importante porque ia ter muito impacto nas contas do município.-----

-----Na opinião do MSU seria melhor, mais recomendável, esperar o primeiro impacto das alterações que decorriam daquele forma, desde logo ajustar os ordenados e depois ajustar a organização. O que se recomendava sempre era primeiro ver qual o impacto financeiro que tinha e depois apresentava-se a medida. Não podiam apresentar a medida e depois esperar o impacto financeiro. Era a recomendação que fazia para não se ter surpresas. E porque estavam numa vila piscatória, Sesimbra, diria o seguinte: um barco de pesca, ir à pesca ou não, era uma opção política, um barco de pesca pescar carapau,



## Assembleia Municipal de Sesimbra

sardinha, ou o que quer que fosse, era uma opção política, carregar o barco demais e o barco afundar, era um erro de gestão.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Braga** que cumprimentou todos os presentes e disse que começaria a sua intervenção referindo-se às últimas palavras do Deputado João Rodrigues, em que mencionou que eventualmente o barco podia ir ao fundo. A CDU teria todo o cuidado, tendo em conta que era uma terra de pescadores, para o barco não ir ao fundo, e já tinham dado provas disso.-----

-----Leu depois um documento que aqui se reproduz: -----

-----“Relativamente ao orçamento é de referir que na sua elaboração o executivo da Câmara teve em atenção, primeiro, o cumprimento dos vários compromissos assumidos. Segundo, fazer face ao significativo aumento dos custos com o pessoal, tendo também em atenção a realidade da estrutura orgânica da Câmara. Não era de mais lembrar alguns desses compromissos. O pagamento dos empréstimos bancários, o PAEL, o FAM, protocolos assumidos com o Estado para o novo Centro de Saúde de Sesimbra, da nova Escola Navegador Rodrigues Soromenho, o novo Tribunal, e os vários investimentos no âmbito do Portugal 2020, já enumerados pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

-----Importa referir os custos significativos dos custos com o pessoal comparativamente a 2018, cujo valor máximo poderia, não quer dizer que se atinja, os 22 milhões de euros. E tinha a ver com o descongelamento das carreiras, do posicionamento remuneratório, da aplicação das opções gestionárias, das novas contratações de pessoal, a progressão nas carreiras e a mobilidade inter-carreiras e o aumento do salário mínimo. A previsão do aumento de receita, em cerca de 3.700 milhões de euros, consideramos que é um valor muito importante para as finanças do município, porque o aumento do valor das despesas se prevê num valor considerável. O aumento da despesa com pessoal, somado ao aumento com a aquisição de bens de capital, no seu conjunto, só estas duas rubricas contribuem para um aumento da despesa próximo dos 5 milhões de euros. Consideramos que este orçamento é um orçamento exigente do ponto de vista da sua execução. Na opinião da bancada da CDU, a redução e sustentabilidade da dívida estão asseguradas, assim como o equilíbrio financeiro da autarquia, contribuindo todos estes fatores para a credibilidade e saúde financeira do município. -----

-----Em 2017, aquando da discussão do orçamento e da GOP's para 2018, a bancada da CDU afirmou: *“É nossa convicção que alguns grupos políticos aqui presentes irão votar contra estes documentos”*. E essa convicção veio a revelar-se acertada. Tanto o Partido Socialista, o MSU e o Bloco de Esquerda, votaram contra. Na declaração de voto apresentada pelo Partido Socialista era dito o seguinte parágrafo: *“A análise do Partido Socialista às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, numa perspetiva geral,*

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*conduz à conclusão de que a proposta apresentada não reflete na generalidade as opções políticas com que o Partido Socialista se apresentou aos munícipes do concelho de Sesimbra".* -----

-----Algumas considerações da bancada da CDU a essas afirmações. Pelo facto da GOP's apresentadas pela gestão CDU não incluírem a generalidade das opções políticas do PS e inscritas no seu programa eleitoral, por essa razão votaram contra. -----

-----Quais foram as opções políticas vertidas nos programas eleitorais e que foram sufragadas maioritariamente pelo município de Sesimbra? Foram as do Partido Socialista? Não, não foram. -----

-----Pretende o Partido Socialista que a força política CDU, que obteve a maioria absoluta para a Câmara Municipal, apresente um orçamento e GOP's que reflecta a generalidade das opções políticas inscritas no programa eleitoral do PS? Naturalmente que tal não é possível, pois subverteria a vontade popular expressa democraticamente aquando das eleições autárquicas. Consideramos que com esta posição o PS deixou claro e sem margem para dúvidas por que razão votou contra. -----

-----Como estes documentos estruturantes, entre outros, dificilmente irão incluir a generalidade do programa eleitoral do PS, não será difícil prever qual será o seu sentido de voto, independentemente do mérito dos documentos, da quantidade e qualidade dos investimentos em curso e a realizar, e dos benefícios que estes representam para as populações. -----

-----E agora serve para todos os Grupos Políticos da Oposição: -----

-----Partindo desta posição predominantemente política/ideológica a análise que se faz aos documentos está à partida inquinada. O orçamento até podia ser assertivo e rigoroso na previsão da arrecadação da receita e na concretização da despesa prevista. As GOP's até poderiam prever a realização do dobro daquilo que está inscrito, porque nada disto influenciaria o sentido de voto de alguns grupos políticos aqui representados. E repito, alguns! -----

-----Para justificar e sustentar o seu voto, alguns grupos políticos recorrem a todo o tipo de argumentação, os quais estão frequentemente carregados de incoerência, falta de memória, preconceito e demagogia. -----

-----Referir que em 2017, alguns dos Srs Deputados defenderam que os impostos, IMI, IRS, e Derrama, deviam baixar, tendo votado contra a proposta apresentada pela Câmara Municipal. A seguir, quando da discussão do orçamento e das GOP's para 2018, alguns destes Srs Deputados defenderam a inclusão, nas GOP's, a construção da Estrada dos Almocreves e também um edifício novo para a Câmara Municipal, temos aqui alguns milhões de euros que é preciso ter em consideração. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A alguns Grupos Políticos aqui representados que defenderam e continuam a defender a diminuição de impostos, ao mesmo tempo querem que a Câmara faça esses dois investimentos de milhões de euros, deixamos este desafio: Digam-nos qual é o modelo de financiamento que propõem para fazer face a este valor de investimentos que propuseram, redução de impostos e aumento de investimento de vários milhões.-----

-----Será que a vossa proposta, se é que a têm, passa pelo aumento de impostos? Não! Respondemos nós. Esta possibilidade está fora de hipótese, porque a incoerência não pode propor uma coisa e fazer o contrário.-----

-----Será que a vossa proposta, se é que a têm, passa pelo não cumprimento dos variadíssimos compromissos assumidos pelo município? Não acreditamos. Porque estes são mesmo para cumprir. ----

-----Ou será que propõem aumentar a dívida do município em vários milhões de euros? É fácil afirmar que se deve fazer este ou aquele investimento. Seria mais difícil apresentar propostas credíveis para a sua concretização. -----

-----Quanto à matéria respeitante ao pessoal, o descongelamento das carreiras, o posicionamento remuneratório, o ordenado mínimo nacional, mais do que um imperativo legal é uma medida da mais elementar justiça, sem qualquer tipo de dúvida. É importante para os trabalhadores e para dinamizar a economia. Opção gestonária, importante para uma maior justiça, equidade e valorização dos trabalhadores. Mobilidade inter-carreiras, importante no aproveitamento das capacidades e competências dos recursos humanos existentes nas autarquias. -----

-----E agora a questão que consideramos fundamental está a fazer alguma confusão, a contratação de novos trabalhadores, entre 2011 e 2015 saíram da Autarquia cento e cinquenta e seis trabalhadores e de 2015 até hoje, o número de saídas aumentou, apesar de uma ou outra entrada. Com as novas contratações que estão previstas, o número total de trabalhadores poderá ser inferior ou próximo.-----

-----O número de trabalhadores a contratar, não são suficientes face à solicitação dos diferentes serviços e tendo em conta as suas necessidades. É por todos reconhecido, a necessidade do reforço de meios Humanos ao nível da limpeza, higiene urbana e manutenção do Espaço Público. -----

-----Face a esta realidade concreta, consideramos ser da maior importância a contratação de mais trabalhadores para responder a necessidades efetivas nas diversas áreas da atividade do município de Sesimbra.-----

-----Desde o início, a CDU esteve contra e lutou, ao contrário de outros, contra a legislação que obrigou os municípios a reduzir o seu quadro de pessoal e ao mesmo tempo não puderem admitir mais

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

trabalhadores. As consequências originadas por esta legislação estão à vista de todos. Sem margem para qualquer dúvida e com toda a clareza, afirmamos que estamos de acordo e apoiamos esta reposição, embora lenta, do quadro de pessoal, resultante das alterações que foram feitas a essa negativa legislação.”-----

-----Interveio em seguida o **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e questionou, relativamente ao valor de 50 mil euros previstos no orçamento para a dragagem da Lagoa de Albufeira, se não era a APA que atualmente pagava aquela despesa. -----

-----Relativamente ao orçamento em geral e às GOP’S, referiu que estava de acordo com a gestão económica mas não estava de acordo com algumas das opções tomadas. Disse que, “no caminho”, o BE tinha vindo a apresentar propostas e a colocar algumas questões que não tinham sido discutidas ou tomadas como probabilidade de fazer parte daquele Orçamento. -----

-----Referiu que o Bloco de Esquerda não tinha peso para poder impor qualquer alteração à proposta do executivo Camarário e que o seu voto seria contra, ainda mais, haviam percebido que estava, “em cima da mesa”, o retomar de velhas questões que pensava estarem enterradas, como a questão do Plano de Urbanização da Mata Norte e o Plano de Urbanização da Mata Sul, o que deixava o BE bastante preocupado com o futuro.-----

-----Usou da palavra a **Deputada Luísa Carvalho** que após cumprimentar os presentes na sala, disse que a sua primeira consideração relativamente ao orçamento, era que se tratava de um orçamento expansionista. Que de facto, viabilizava alguns investimentos relevantes para o Concelho, que o PS subscrevia, pois este tinha sempre uma visão construtiva, em prol e em defesa dos munícipes Sesimbrenses e Quinta Condenses. Porém, entendiam, à semelhança do que tinha ocorrido no ano passado, que parecia não haver ali uma estratégia, pois uma estratégia era algo que tinha de ser delineado, o que não era o caso.-----

-----Referiu que um orçamento expansionista era um orçamento que poderia ficar refém do crescimento da receita e poderiam existir alguns riscos, como por exemplo, ser considerada a manutenção do IMT em 2019, e no entanto, poderem existir expectáveis alterações no mercado imobiliário com alterações naquela receita arrecadada. Disse ainda que existia a preocupação de ter uma repercussão negativa em termos de orçamentos seguintes, com impacto negativo novamente para as pessoas e eventuais aumentos de impostos. -----

-----Relativamente à primeira frase da nota introdutória do orçamento, que dizia: “*promover uma política sustentada de urbanismo, de ordenamento e qualificação urbana*”, disse preocupar-se por não

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ser uma política sustentável, pois em períodos em que existisse uma grande pressão das despesas, haveria o risco de ser necessário arrecadar mais receitas, portanto, achava que o aspeto da sustentabilidade, sobretudo em alguns territórios, era uma preocupação que deveria ser salvaguardada para a proteção da paisagem e tudo o que quisessem salvaguardar e deixar para as gerações futuras. ----

-----Relativamente ao Turismo, referiu estar ali expresso que aquela era uma área estratégica, mas questionou o que seria feito para aumentar a qualidade no Turismo. -----

-----Disse que achava que quem tinha poderes executivos, devia de ter a capacidade de gerir de uma forma sustentada e com instrumentos adequados, de modo a conseguir mobilizar os recursos quando os mesmos não existissem.-----

-----No que respeitava aos Recursos Humanos, disse que considerava fundamental a reposição do que as pessoas tinham perdido, pois se havia a possibilidade de repor aquilo a que as pessoas tinham direito, naturalmente que elas tinham direito àquela reposição. Disse ainda, que os Recursos Humanos eram a mais-valia das organizações, no entanto, consideravam também que deveria haver uma valorização, pois quando se queria gerir Recursos Humanos, para além do salário ser um fator importante, existiam outros aspetos como, valorizar as pessoas em termos da sua formação e condições de trabalho e o investimento deveria ser pensado de forma a ser rentável.-----

-----Questionou o que iria a Câmara fazer no sentido de valorizar aquelas pessoas, não só de as contratar, mas de as valorizar, tornar mais produtivas e melhorar os serviços para os municípios.-----

----- No que dizia respeito aos Setores Estratégicos, disse estar ali referido que, de 2017 a 2021, havia um enfoque em 2019 num conjunto de Setores Estratégicos para atrair investimentos para o Território, o que era uma coisa boa, pois precisavam sempre de investimentos que trouxessem valor acrescentado já que nem todos os investimentos poderiam interessar. Alguns poderiam ser tão efémeros que acabariam por deixar mais impactos negativos após a sua saída. Questionou o que iria ser feito para atrair aqueles investimentos no território e quais eram os setores estratégicos. -----

-----Questionou como eram operacionalizados os setores estratégicos no Concelho e o que poderiam esperar em termos de resultados dos investimentos, pois a palavra “estratégia” era usada com frequência e nem sempre percebia se existia uma estratégia. -----

-----Referiu ter ficado intrigada relativamente às *Startups* Agrícolas, pois trabalhava muito na área do empreendedorismo e para ela uma *Startup* era uma empresa que tinha tecnologia, que era escalável e repetível. Portanto, já havia ouvido falar de muitos tipos de *Startups*, mas *Startups* Agrícolas era novidade e gostava que a enquadrassem no que eram as *Startups* Agrícolas. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que existiam palavras que ficavam muito bem e que se podiam utilizar no ponto de vista de marketing, mas que convinha saber o seu significado, caso contrário, estariam, de certa forma, a usar uma palavra em que o conteúdo não correspondia à embalagem. -----

-----Ainda relativamente às Startup Agrícolas, disse que apesar de ser considerado um investimento estratégico e estar anunciado de uma forma muito evidente, o valor do investimento era quase irrisório e gostaria de ter alguma informação sobre como estava a ser feita a dinamização do CAIES - Centro de Apoio à Incubação de Empresas de Sesimbra, e qual era a taxa da criação líquida em 2017 e 2018. -----

-----Questionou, quando se fazia um investimento como é que isso acontecia, quais eram os postos de trabalho criados e qual era o perfil dos empreendedores que estavam nas *Startups*. Disse que era muito importante investir, mas investir com resultados, pois nem sempre seria fácil acertar à primeira, mas para isso é que tinham de ter instrumentos para validar os desvios e atuar sobre eles. -----

-----Usando da palavra, **o Deputado João Pólvora** cumprimentou todos os presentes e referiu que a sua intervenção seria no sentido de esclarecer um ponto discutido na última reunião, bem como, efetuar um conjunto de questões e pedidos de esclarecimento acerca do que vinha nas GOP's. -----

-----Referiu que na penúltima reunião de esclarecimento do documento, havia questionado o porquê da ausência de informação acerca dos investimentos por freguesias e que o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra respondera que aquele tipo de informação geraria um debate que não pretendia bem como, o divisionismo. -----

-----Referiu que aquele tipo de informação era defendido por ele e pelo PCP, a nível Nacional, pelos mesmos argumentos, nomeadamente, pela transparência política e capacidade de fiscalização dos Deputados Municipais sobre a atividade da Autarquia.-----

-----Questionou em seguida, quais os *timings* e o que estava previsto relativamente ao nível de melhoramentos e dinamização da Lagoa Pequena. -----

-----Relativamente ao novo modelo de Gestão Participada com as populações, questionou se já existia algum tipo de definição do que se procuraria fazer. -----

-----Disse que já no ano passado, havia questionado sobre a qualificação da Democracia no que diz respeito à transmissão *online* das Assembleias Municipais e das Reuniões de Câmara, e que não conseguiu vislumbrar a inclusão dessas matérias nos documentos, perguntando se estavam previstas.---

-----Tomou o uso da palavra **o Deputado Paulo Caetano** que, após cumprimentar todos os presentes, disse que a sua intervenção seria na sequência de algumas questões já referidas.-----

----- Disse que iriam entrar num ciclo exigente e com grande rigor financeiro, em que a execução da

Ata nº16 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

receita iria ser extremamente importante e que existiam afirmações e preocupações por parte do Executivo e da Bancada da CDU que não contestava, no entanto, com um orçamento assim, caso algo não corresse da forma planeada, a margem de manobra seria extremamente reduzida. -----

-----Questionou qual era a posição da Câmara Municipal perante propostas de promotores, de investidores e de projetos em termos de negociar essas situações, pois no seu ponto de vista, tendo em conta que a execução da receita era imperativa, poderia existir a tendência de aceitar qualquer proposta de forma a garantir a receita necessária, deixando a Câmara numa posição fragilizada, sem a hipótese de contrapor soluções que poderiam ser melhores do que as apresentadas ao Executivo, o que era preocupante -----

-----As receitas que advinham desses projetos e investimentos garantiam que a dependência de Sesimbra das transferências do Estado fosse menor, conforme informação do Sr. Presidente da CMS de que Sesimbra estava entre as 7 Autarquias menos dependentes das transferências de receita do Estado-

-----Mencionou que na época da crise que se abatera sobre o País, a Europa e o Mundo, a CMS sentira enormes dificuldades pelo facto de as receitas próprias terem ficado seriamente comprometidas.

-----Referiu que ao ouvir que era um orçamento realista e exequível mas simultaneamente muito exigente e com rigor financeiro, não deixava de ter algumas preocupações em relação àquilo que era proposto. Referiu ainda que mesmo que no passado tivesse existido unanimidade em relação a certas ideias e a uma certa visão do que era o possível desenvolvimento de Sesimbra, as coisas evoluíam e mudavam, e desde há uns anos tinham vindo a ocorrer alguns acontecimentos que os podiam colocar a refletir sobre se naquele momento não existiriam outras alternativas ou maneiras de pensarem e estruturarem o desenvolvimento do Concelho, pois voltar ao passado era um risco enorme. -----

-----Interveio o **Deputado Rui João** que cumprimentou os presentes e relativamente à intervenção da bancada do PS referiu que a visão do Concelho de Sesimbra para o turismo era a qualidade e melhoria de vida dos cidadãos do concelho de Sesimbra através da melhoria do saneamento, da melhoria da rede viária, melhoria da rede de água e melhoria da limpeza das praias, pois que apesar da limpeza das praias não ser da competência da Câmara de Sesimbra, tinha sido sempre “ponto assente” na estratégia autárquica sendo que as praias mais limpas do País eram as praias do Concelho de Sesimbra. -----

-----Disse que a requalificação Urbanística da Vila de Sesimbra promoveu a qualidade de vida da população, a qualidade de acesso na marginal, a requalificação da marginal na Lagoa, bem como a melhoria dos acessos às praias do Moinho de Baixo e toda a Costa Ocidental. Apesar de a Câmara não construir Hotéis ou restaurantes, tinha vindo a requalificar o Concelho e a melhorar as condições de vida,

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

o que dava acesso a que houvesse mais turistas e isso era visível.-----

-----Disse que não concordava que houvesse falta de estratégia no orçamento, até porque a estratégia da Câmara de Sesimbra tinha vindo a assentar na redução da dívida quer de longo, médio ou curto prazo, e mesmo assim não tinha deixado de investir na educação, saúde, abastecimento de água, saneamento e rede viária. -----

-----Referiu que aquele orçamento havia sido sufragado pela maioria da população do Concelho de Sesimbra nas eleições. Era um orçamento da CDU, para todos os efeitos, realista mas não expansionista, pois o orçamento tinha características face a algumas obras importantes, em que as transferências do Governo Central não seriam suficientes e teria de haver um grande investimento por parte da Autarquia para as concretizar, nomeadamente, as obras do Tribunal de Sesimbra, do Centro de Saúde de Sesimbra e da Escola Navegador Rodrigues Soromenho. -----

----- Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e relativamente às questões sobre de quem era aquele orçamento, referiu que era o “nosso” orçamento, ou seja, de todos os munícipes, pois eram eles que pagavam tudo o que lá constava e por esse motivo deviam de lá estar com a perspetiva de apontar os seus próprios pontos de vista e opiniões sobre se o orçamento, se refletia ou não, nas ideias que tinham sobre o que devia de ser o seu Concelho. Era por esse motivo que ali estavam a fazer aquele exercício de pluralidade e assim tinha sido, todos os anos, após o 25 de Abril, em que, felizmente para a Democracia, para o País e para o Concelho, passaram a existir diferentes Grupos Políticos, com diferentes opiniões e diferentes visões daquilo que deveria ser o sentido estratégico do seu Concelho.-----

-----Referiu que o PS achava que o Orçamento para 2019 refletia um conjunto daquelas que eram as suas prioridades, ao contrário do ano anterior, em não sentiam as suas ideias tão refletidas no Orçamento proposto. Deu o exemplo da declaração de voto sobre o Orçamento do ano anterior, em que referiam sentir a necessidade de se estudar um edifício único para a Câmara Municipal, não no sentido de aumentar os gastos mas no sentido de tornar mais eficientes, quer os serviços, quer os recursos, uma vez que existiam um conjunto de Serviços espalhados por todo o Concelho. -----

-----Relativamente às GOPS, mais precisamente sobre a área da Educação, referiu a existência de um reforço no total do valor do Orçamento em comparação ao ano anterior, reforço esse com o qual concordavam. No entanto existia uma dúvida relativamente à redução do valor dos serviços de refeitório e senhas de almoço no primeiro ciclo e questionou o porquê daquela redução.-----

-----Questionou também, o porquê da redução da comparticipação da Câmara relativamente ao

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ensino profissional.-----

-----Relativamente à área da Cultura, disse que se verificava um aumento do total dos gastos mas que no Museu Marítimo de Sesimbra, especificamente na rubrica “outros serviços” existia uma redução de 45 mil euros para 27.500. Questionou o que eram esses “outros serviços” e o porquê da sua redução. -----

-----Relativamente ao Cineteatro João Mota, na rubrica “aquisição de serviços” verificava-se um aumento de 50 mil euros para 70 mil, questionando o porquê e para quê. -----

-----No que dizia respeito às políticas de juventude disse que verificavam uma redução daquilo que foram os gastos previstos no orçamento de 2018 de 141.000,00€ para 114.000,00€, o que se refletia nos equipamentos para a juventude que haviam passado de 24.000,00€ para 15.000,00. Questionou o porquê da redução e quais eram os equipamentos.-----

-----Questionou a redução de valores na área da Ação Social em que se verificava uma redução dos valores de 2018 para 2019 de 752.000,00€ para 421.000,00€ respetivamente.-----

-----Relativamente às contribuições para a instituição Raio de Luz questionou o porquê do protocolo para as instalações terem sofrido um aumento de 52.800,00€ para 60.000,00€ e perguntou ainda o porquê da redução do apoio alimentar para as pausas letivas de 20.000,00€ para 15.000,00€. -----

-----Na área da Saúde disse que se verificava um aumento considerável de 224.000,00€ para 632.000,00€ em que cerca de 550.000,00€ seria absorvido pelo projeto do Centro de Saúde mas no entanto, significava que as restantes componentes teriam uma redução considerável e gostava de saber que falhas iriam existir e como isso iria ser compensado. -----

-----No que dizia respeito à Habitação/Urbanização, referiu que apesar de se verificar um aumento no total dos custos, surgia uma dúvida relativamente aos Blocos de Habitação Social da Almoinha, já que estava previsto nas GOPS de 2018, para a requalificação exterior dos blocos para o período de 2018/2019/2020, um valor que totalizava 300.000,00€ e agora havia sido revisto para um valor de 110.000,00€, questionou o porquê daquela revisão e o que estava na sua base. Se havia sido feito um estudo ou um projeto mais aprofundado e se tinham chegado à conclusão que não existia a necessidade de algo, ou se iriam abandonar alguns dos investimentos que estavam previstos.-----

-----Relativamente à iluminação pública disse que se verificava um aumento de 50.000,00€ relativamente ao ano anterior e partindo do princípio que se viesse a refletir no número de pontos de iluminação pública que passariam a ser mais, deveria de ser compensado com o aumento da eficiência energética, mas quando se consultava o aumento da eficiência energética verificava-se o investimento de 5.000,00€ que talvez não fosse suficiente para compensar o aumento do número de pontos. Assim sendo,

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

gostaria de saber o que estava previsto ao certo naqueles 5.000,00€.

----- Em relação à rede de esgotos, disse que se verificava uma redução no valor global, o que poderia ter a ver com as ligações de algumas AUGIS ou até com o projeto da Freguesia do Castelo que entretanto havia vindo a ser concluído, mas gostava de perceber o porquê de o valor da ligação dos coletores fluviais de Augis à Vila Alegre, Quinta do Conde, ter alterado a previsão de 220.000,00€ em 2018 para 550.000,00€.

----- Referiu que verificou uma redução no investimento de cerca de 17% naquilo que eram as águas e recursos hídricos. Acrescentou que o valor de investimento de 2018 dos gastos era de 5.300.000,00€ e agora 4.400.000,00€ e questionou se aquele seria o investimento necessário para garantir as condições de qualidade de serviço do abastecimento da água, pois nos últimos dois dias tinha havido um conjunto de falhas no seu fornecimento que havia afetado um número considerável da população do Concelho, nomeadamente na Cotovia e Sampaio.

----- Relativamente à eficiência energética nos edifícios municipais disse que em 2018, nas GOP, aparecia um conjunto de investimentos “2018/2020” que totalizavam cerca de 800.000,00€ com a previsão de execução de cerca de 100.000,00€ para 2018 e entretanto, naquele último Orçamento, o valor total havia sido alterado para 411.000,00€. Considerando os 800.000,00€ do total que estavam previstos em 2018, e que a execução prevista para 2018 era de 100.000,00€ e que em 2019 esse bolo só tinha 411.000,00€, questionou o que acontecera aos restantes 300.000,00€ que faltavam à totalidade do bolo.

----- Por fim referiu que o Plano de Investimentos totalizava o valor de 16.500.000,00€, e que a preocupação era se este não seria ambicioso demais já que poderia causar alguma pressão na gestão de tesouraria. Questionou se estavam previstos empréstimos de curto prazo e qual seria a previsão para a dívida de curto prazo para o final de 2018 e para o final de 2019 para se poder comparar a relação das duas, partindo do princípio que os fluxos criados pela tesouraria não seriam capazes de criar toda a massa financeira necessária para fazer os investimentos previstos e nos momentos necessários. Questionou também qual seria a previsão da taxa de execução do plano de investimentos de 2018.

----- Usando da palavra, a **Deputada Sandra Carvalho** cumprimentou todos os presentes e questionou, no âmbito do Estatuto de Direito à Oposição, já que essa informação não constava na nota introdutória do documento que estava em votação, que tipo de contributos e propostas haviam sido apresentadas pelos diversos partidos.

----- Tomou o uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso** que após cumprimentar todos os

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

presentes, perguntou, relativamente à Ação Social, especificamente a rúbrica da inovação pedagógica em contexto escolar, de que se tratava aquele projeto e se terminava em 2019 ou o porquê de não ser feita a sua referência nos anos subsequentes. -----

-----Questionou também, relativamente à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, se o facto de só existirem valores referenciados no ano de 2019 se significava que a inclusão de Sesimbra naquela rede iria terminar ou entrar numa outra fase, pois de acordo com o que tinha percebido, existiam vários itens ligados ao mar que estavam relacionados com a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.-----

-----Por fim, relativamente à Habitação Social e à lista de espera, perguntou de que forma se encontrava espelhada essa situação no orçamento para perceber se o que estava planeado ia de encontro à lista de espera.-----

-----Interveio o **Deputado João Rodrigues** para solicitar a interrupção dos trabalhos por 5 minutos.--

-----**A Presidente da AMS** informou que os trabalhos estavam suspensos por 5 minutos. -----

-----Retomados os mesmos, **a Presidente da AMS** deu a palavra ao Presidente da CMS para esclarecer as questões colocadas pelos Deputados. -----

-----**O Presidente da CMS** começou por esclarecer que no início da sessão já havia referido que iria ser sintético porque havia explanado todas aquelas questões quer no âmbito do Estatuto do Direito da Oposição, quer na reunião das comissões, mas previa uma mudança de metodologia, em que responderia mais nas Sessões da Assembleia e menos nas reuniões de comissão, visto a quantidade de questões que ali tinham sido colocadas.-----

-----Relativamente à questão da dívida, colocada pelo Deputado João Valente, disse que o Município de Sesimbra iria terminar o ano com uma dívida de médio/longo prazo próxima dos 13,5 milhões, já que o Município tinha luz verde para liquidar o empréstimo ao Banco Europeu de Investimento na ordem dos 800 mil euros. O que significava que Sesimbra estava de boa saúde financeira, uma vez que estava habilitada a liquidar empréstimos com prazos de amortização e juros relativamente elevados.-----

-----Referiu que o histórico dos últimos anos os trazia à coação, à responsabilidade e ao conhecimento, e tendo em conta a prática e a boa saúde financeira, a CMS não tinha qualquer tipo de receio, sem prejuízo de saber que existia um volume grande de investimentos por realizar, e o que era a estrutura do orçamento da receita. Referiu também que o Município tinha uma capacidade de endividamento global de 60 milhões de euros, dos quais 10 milhões poderiam ser, eventualmente, concretizados anualmente e não existia a perspetiva de contrair empréstimo para além do que era colocado no início do ano, um empréstimo de curto prazo a ser liquidado no ano, porque os primeiros

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

meses eram os meses em que existia maior dificuldade em arrecadar receita para fazer face aqueles mesmos meses (janeiro, fevereiro e março). -----

-----Disse que não se previa que o Município de Sesimbra pudesse contrair um empréstimo em 2019, de médio-longo prazo para os investimentos previstos tendo em conta que nas suas perspetivas seria possível acomodar toda a estrutura da despesa no orçamento previsto. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado João Rodrigues e posteriormente por outros Deputados, especificamente a questão dos encargos com a rubrica “Despesas com o Pessoal” referiu que, fazendo referência à estrutura da câmara orgânica de 2012 já que era de uma dimensão muito parecida com aquela que entrava em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019, se em 2012 se justificava a existência de 1099 trabalhadores, então, com o que o Concelho já havia crescido em termos de população e dinâmica turística, ter um número idêntico não era nenhum problema. -----

-----Disse que entre 2012 e 2019 existiram vários fatores, como por exemplo, a alteração do ordenado mínimo de 485 euros em 2012 e 635 euros para 2019 ou seja, o aumento de 150 euros por trabalhador. Se pensassem que existia uma média de cerca de 500 trabalhadores que eram assistentes operacionais e estavam praticamente todos com o 1º escalão, somando as contribuições para a segurança social (comparticipação das entidades) que era também superior ao de 2012, tudo aquilo representava um resultado na ordem de 1,5 milhões de euros. -----

-----Referiu que o Município de Sesimbra não se importava que o salário mínimo fosse 650 euros, e que até tivesse um peso muito maior, como já havia sido referido por alguns Deputados no sentido de se valorizar muito mais os salários. Mas, para além das alterações do posicionamento remuneratório, para além das mobilidades, que era outra criação de expectativas legítimas dos funcionários que consistia em exercer funções de outras categorias, não deixava de existir alteração de uma rubrica para outra, ou seja, se havia uma subida de cerca de 2 milhões na rubrica 01.Pessoal, também havia uma descida na rubrica 02.Aquisição de serviços, e se o Município não tivesse trabalhadores para fazer a limpeza ou para fazer a recolha do lixo, tinha de contratar empresas e a opção fora claramente de que o serviço fosse feito pelo serviço público da Câmara Municipal de Sesimbra e não com recurso a *outsourcing* ou empresas terceiras. Se adjudicassem a limpeza de bermas e passeios na Freguesia da Quinta do Conde ou da Freguesia de Santiago, as empresas fá-lo-iam uma vez e com custos elevadíssimos. Para além de que o Município de Sesimbra no ano de 2018, inicialmente havia orçamentado cerca de 19,5 milhões de euros e iria ter uma execução de despesa, na rubrica 01, de 18 milhões de euros, o que significava que ficaria 1,5 milhões abaixo daquilo que era expectável. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que haviam decidido colocar daquela forma tendo em conta a excecionalidade que havia sido, ao fazerem as contas todas, do impacto das despesas com o pessoal, com todas as alterações como: a mobilidade intercarreiras, alterações do posicionamento remuneratório, aplicação da opção gestonária e novas contratações. Tudo aquilo havia sido calculado pelo valor máximo.-----

-----Acrescentou que um trabalhador do Município que fosse ocupar um cargo de dirigente, o valor pago seria a diferença, caso existisse, entre a remuneração do cargo de dirigente e a remuneração do contrato de trabalho em funções públicas, e não seria um valor novo, global, por inteiro, que a Câmara iria assumir.-----

-----Disse ser verdade que se havia calculado em função dos novos recrutamentos, um valor para o ano de 2019 mas sabiam que os novos recrutamentos não iam acontecer todos em janeiro ou fevereiro.

-----Referiu que, tirando algumas exceções, como: trabalhadores em mobilidade intercarreiras noutros serviços ou em comissões de serviços, e os eleitos locais que estavam calculados no mapa de pessoal, na verdade, estariam a falar de uma diferença que não era muito grande. Nos próximos anos, com a estabilização do Mapa de Pessoal, o Município de Sesimbra, poderia ter despesas daquela ordem de grandeza.-----

-----Mas essa estabilização deveria ser em função daquilo que eram os resultados dos serviços que prestavam à população. Ou seriam feitos pelos serviços da Câmara Municipal ou por aquisição de serviços. Em 2018 tinham uma execução que terminaria o ano na ordem dos 50 milhões de euros, acima dos 85%. Daquela execução da receita, a parte da receita de Capital, respondendo à questão do Deputado Sérgio Faias, andaria próximo dos 40%/45%.-----

-----Para que se percebesse, havia na despesa corrente quase uma execução próxima dos 100% para que se pudesse equilibrar. Dos 7 milhões de euros de receita de capital, provavelmente seriam executados 3 milhões. O que significava que no ano seguinte teriam de ter uma “alavancagem” grande no que dizia respeito a receita de capital.-----

-----Disse que esta questão se colocava também no sentido inverso, pois se não tivessem execução física também não gastariam o dinheiro. Aliás, tirando os investimentos que eram feitos estritamente pelo orçamento municipal, nos cofinanciados se gastassem 100 recebiam 50, nos financiados, teoricamente, porque até sabiam que alguns deles ultrapassavam o que estava contratualizado, nomeadamente: Centro de Saúde, Tribunal e Escola Navegador Rodrigues Soromenho, se gastassem 1000 iriam receber exatamente os mesmos 1000. Ou seja, se não conseguissem executar os investimentos também não iriam ter a receita e não iriam fazer a execução daquela receita.-----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente às questões da Lagoa de Albufeira, disse que era o Município que havia assumido a abertura da Lagoa e que nos últimos dois anos até tinha feito uma candidatura ao Fundo Ambiental e que se havia chegado ao ponto da responsabilidade ser da Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH do Tejo) e o Município ter de pedir uma autorização à ARH do Tejo e ter um parecer para abrir a Lagoa de Albufeira por uma coisa que era da sua responsabilidade.-----

-----Disse ainda, que a única informação que tinha naquele momento era que, dos contactos que haviam feito, quer com a ARH Tejo, quer com a Secretária de Estado de Ordenamento do Território, que existia a possibilidade de no ano seguinte haver um financiamento por via da ARH Tejo e que a proposta deles havia sido que o Município iria ter o financiamento porque era da sua responsabilidade.-----

-----No que dizia respeito à questão da Mata Norte e Mata Sul referiu que lhe causava alguma estranheza estarem a discutir as GOPS e Orçamento e simultaneamente falarem de ordenamento do território. Disse que durante o ano de 2019, se discutiria o Plano Diretor Municipal, onde aquelas matérias estariam em cima da mesa com a proposta que viesse da Câmara Municipal de Sesimbra.-----

-----Disse que não queria antecipar a discussão, pois achava que era uma ideia enviesada discutir Planos de Pormenor num debate sobre as GOPS e o Orçamento.-----

-----Aproveitou também para responder a uma questão do Deputado Paulo Caetano, relativa ao ponto de vista da receita, referindo que não existia nenhuma receita estimada de qualquer promotor imobiliário a não ser as receitas das taxas urbanísticas que, por acaso, até eram idênticas às que estavam estimadas para o ano de 2018, e a câmara municipal não tinha nenhuma ferramenta que dissesse que iria receber receita de determinado promotor imobiliário. Acrescentou que achava estranha aquela conversa e não se recordava de isso ter acontecido em lado nenhum.-----

-----Aliás, configurava até alguma irregularidade que a CMS viesse a receber de algum promotor privado alguma coisa para o seu orçamento a não ser o que estava na tabela de taxas e licenças, e o que lá estava naquele ano era exatamente na mesma ordem de grandeza do que estava para 2018.-----

-----Referiu que o Município tinha uma margem de manobra grande. Dos 54 milhões colocados existia uma clara perceção de que seria possível executá-los.-----

-----Referiu também que era um dos municípios que menos dependia do Estado, o que por um lado era bom porque o Município dispunha de ferramentas próprias para aquilo que era a sua estrutura de receita e despesa, por outro lado era péssimo, porque significava que um Município com aquela dimensão e características, por via daquilo que era a aplicação da Lei das finanças locais, era altamente prejudicado sobretudo pela não aplicação da lei, sucessivamente durante 10 anos, sendo um dos

Ata nº16 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

Municípios que mais havia crescido em termos de densidade populacional. -----

-----Disse que o Município recebia 5 milhões de euros entre o fundo de equilíbrio financeiro, o fundo social municipal e a participação no IRS (que correspondia a metade do montante total). Mencionou que a Câmara de Alcácer do Sal, que era uma Câmara CDU, recebia 12 milhões do Orçamento de Estado e o IRS eram 100 ou 200 mil euros.-----

-----Disse que tinham a perceção clara de que era um orçamento ambicioso mas que a grande ambição que tinham não era o orçamento da receita, mas sim conseguir executar, dentro dos prazos, os investimentos previstos. Pois o que estava no orçamento, no ponto de vista da receita, com alguma diferença face áquilo que até então tinha sido normal, era em duas rubricas, no IMT e nas receitas de Capital provenientes daquilo que eram os fundos comunitários que só aconteceriam com a execução dos projetos e dos investimentos previstos.-----

-----Referiu que lhe parecia um pouco estranho que à quarta-feira discutissem que ninguém baixava impostos e na sexta-feira discutissem que não se conseguia fazer aqueles investimentos todos. Considerava aquela situação como um bocado de “gelo quente”, que não existe.-----

-----No que dizia respeito às questões colocadas pela Deputada Luísa Carvalho disse que enquanto a Deputada dizia que era um orçamento expansionista, ele dizia que era um orçamento ambicioso. Disse também que não era a época, nem a altura, nem o momento, para fazerem um balanço entre aquilo que eram as propostas do PS e aquilo que iam conseguindo executar das propostas do PS no que era o seu programa eleitoral. Havia de chegar o tempo e a altura de fazerem o balanço com a garantia de que seria mais positivo o cumprimento do programa do PS do que aquele que era o programa da CDU já que o da CDU era mais exigente.-----

-----Disse que havia um conjunto, independentemente das opções políticas e partidárias, de matérias e investimentos essenciais e fundamentais para o Concelho de Sesimbra feitos num curto espaço de tempo por conta das oportunidades, pois grande parte do investimento público, infelizmente, era entroncada nos fundos comunitários.-----

-----Disse ainda que se lhes perguntassem se não era preferível fazerem mais pavimentações do que mais uma escola na Quinta do Conde, responderia que tudo fazia falta, e 2 milhões, que iria custar a escola da Quinta do Conde, fariam muita falta para pavimentações que era uma das principais dificuldades do Concelho. Mas a questão era que não existia verba para pavimentações e, para a escola, havia 50% de financiamento.-----

-----Referiu que os municípios estavam amarrados às regras e ao problema, que toda a gente

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

conhecia e do qual existia um estudo muito bem fundamentado, de que a Península de Setúbal era altamente prejudicada e “intoxicada” pela margem norte de Lisboa, pois esta tinha índices de desenvolvimento social bastante superiores aos da Península de Setúbal e obrigava a Península a ter, nos fundos comunitários, apenas algumas prioridades de investimento diferentes daquelas que existiam no resto do País, e uma comparticipação de fundos comunitários na ordem dos 50% com exceção daquelas que vinham do POSEUR -----

-----Portanto, tudo o que era FEDER era 50% e o Fundo Social Europeu, que era imaterial, também 50%. --- -----

----- Disse sentir um sentimento de *Déjà-vu* relativamente a um momento de cerca de 10 anos atrás em que a Bancada do PS dizia para o Presidente da Câmara Municipal que eram muito ambiciosos e que num quadro restritivo e com a economia a descer, fazer aquelas obras todas iriam colocar em causa a sustentabilidade da Câmara Municipal de Sesimbra. Mas, se não tivesse sido a persistência do executivo que lá esteve durante aqueles 10 anos, grande parte dos investimentos que agora elevavam Sesimbra para um patamar diferente do ponto de vista económico, não estaria realizado. -----

-----O certo era que haviam passado aqueles 10 anos mais 5, e naquele momento tinham os investimentos feitos e uma dívida mais baixa do que aquela de quando receberam a Câmara em 2005. --

-----Relativamente à expressão ali mencionada “do barco”, referiu que a história dizia que eles conseguiam conduzir, e bem, o barco. Com erros e algumas dificuldades, e era verdade que em algumas questões provavelmente voltariam atrás, mas não por erros de gestão, mas por algumas questões estratégicas que provavelmente alterariam.-----

-----Quanto às questões relacionadas com o Turismo e Setores Estratégicos disse que na próxima Sessão da Assembleia Municipal iria trazer exatamente o programa do compromisso estratégico da CDU para o Concelho, pois estava lá aquilo que eram as suas visões dos pilares estratégicos, com as medidas e ações que consideravam fundamentais para a alavancagem do Concelho de Sesimbra.-----

-----No Setor do Turismo, que era um dos pilares estratégicos mais importantes, os instrumentos eram taxas de dormida, o RevPar (Plataforma de gestão do conhecimento no turismo) e o valor acrescentado e, desses, tinha os números trimestrais ou até mesmo mensais, pelo facto de pertencer à Comissão Executiva da Entidade Jurídica Regional de Turismo de Lisboa. -----

-----Referiu que a Câmara tinha também o número de empresas criadas, o número de empresas falidas, o número de empregos criados e o volume de negócios de empresas por setor que poderia entregar à Assembleia caso fosse solicitado. Ali é que importava saber se aquela estratégia, que não era

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dissociada da estratégia da Área Metropolitana, do Plano Nacional do Turismo e do Plano Regional do Turismo, tinha ou não, resultados. -----

-----Disse que Sesimbra não vivia numa ilha e possuía todos aqueles dados, que se a AMS solicitasse seriam entregues, e era essa a comparação que tinham de ter com a aplicação do que eram os investimentos e as medidas que consideravam essenciais no setor estratégico onde o Turismo era fundamental. -----

-----Relativamente às *Startup's* Agrícolas, disse que correspondia à modernização de um conjunto de pequenos agricultores do Concelho, na área da ruralidade, que havia sido proposta pelos serviços e que tinha sido acolhida muito bem do ponto de vista da modernização das produções, do negócio, da comunicação e fatores de produção. -----

-----Funcionava através de candidaturas efetuadas e inovadoras que tinham de ter aquelas características, inclusive tinha o regulamento que poderia enviar à Deputada para fazer a sua apreciação, bem como os dados do CAIES. Era apenas uma questão de ser solicitado pela Assembleia. -----

-----No que dizia respeito às questões colocadas pelo Deputado João Pólvora, referiu que a Lagoa Pequena não era propriedade da Câmara Municipal, resultava de um protocolo entre a Câmara Municipal, o ICNF e a SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.-----

-----A gestão daquele espaço era feita pela SPEA, sendo que a Câmara pagava um valor para que pudesse ser explorado no conceito de *Birdwatching*. Consideravam também um vetor fundamental, não só do ponto de vista da preservação mas também do ponto de vista turístico que iria ter, nos dois anos seguintes, de um forte impacto inclusivamente na Área Metropolitana de Lisboa, como um dos produtos turísticos de referência e como uma aposta do ponto de vista de uma ação estratégica da entidade que tinha a gestão da promoção turística. -----

-----Referiu que a CMS estava a trabalhar com o ICNF no sentido de assumir as responsabilidades de toda a margem da Lagoa de Albufeira, onde se incluía também a Lagoa Pequena, num contrato que era expectável que ficasse concluído no primeiro trimestre de 2019 que ainda continuava pendente pela questão da Casa do Infantado, que estava num artigo diferente. -----

-----Não fazia sentido que as concessões que existiam, depois de publicado o novo programa da Orla Costeira Alcobaça-Espichel, passassem a ser receitas do ICNF quando a Câmara é que iria assumir a gestão e a manutenção daquele espaço.-----

-----Quanto às questões dos investimentos por freguesia disse que já havia explicado na última Sessão da Assembleia que a Câmara Municipal entendia o concelho como um todo. Explicou que no

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

saneamento, dos 100% do investimento para 2019, 70%, com exceção da Vila Alegre, seria na Freguesia do Castelo, e questionou se isso seria motivo para levantar uma bandeira a dizer que não existiria investimento no saneamento na freguesia da Quinta do Conde. Explicou também, que o grosso do investimento na área da Educação seria na Quinta do Conde e questionou se isso seria motivo para levantar uma bandeira a dizer que não havia investimento na Educação na Freguesia de Santiago. -----

-----Disse que se o Deputado João Pólvora tinha um conhecimento profundo, apesar da sua juventude, para perceber que os investimentos das GOPS eram na freguesia “A” ou “B”, mas se quisesse utilizar aquela estratégia teria de fazer as contas. -----

-----Disse ainda, que era a 4.<sup>a</sup> vez que o Deputado, com a sua irreverência jovem, falava na necessidade de transparência, mas ele não aceitava as suas lições de moral porque não lhe reconhecia legitimidade, capacidade ou bagagem, para vir com aquelas lições de moral sobre transparência e fiscalização das atividades. Acrescentou que tudo aquilo que fosse pedido à Câmara Municipal, do ponto de vista da transparência, seria fornecido à Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano disse que não existia nenhum problema com as questões da receita e que o Orçamento era ambicioso do ponto de vista da execução e dos projetos. -----

-----Confessou que não gostava nada que acabassem por perder receita por não conseguir levar a efeito o investimento, e que ali a dificuldade não era tanto financeira mas muitas vezes técnica, pois conseguir levar a efeito, num curto espaço de tempo, e muitas vezes em simultâneo, um conjunto de investimentos, não era fácil. Não gostava nada se no dia seguinte a Assembleia dissesse que a Câmara não havia conseguido construir o Centro de Saúde (salvo seja), por não o ter conseguido promover a tempo e ter perdido os fundos comunitários. -----

-----Disse ainda que era expectável que no ano seguinte, com o volume de investimentos, o município tivesse de recorrer a crédito para fazer face ao volume de investimentos que teria, porque ao longo de 13 anos a CDU não havia aumentado impostos. -----

-----Referiu que não era por 200 mil euros, por ser uma bandeira política que podiam usar, que a CMS baixava o IMI de 0,4 para 0,395 e recordava que em 2016, naquela Assembleia, também a mesma bancada havia dito que a CDU não baixava a taxa de IMI naquele ano mas que baixaria no ano das eleições, mas não o fizera, porque seria um contrassenso que a baixassem e simultaneamente pedissem um crédito para fazer face aos investimentos. -----

-----Acrescentou que se alguém propusesse a colocação de 5 milhões de euros para o edifício

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

municipal, claro que não seria fácil porque não era um orçamento que tivesse uma grande elasticidade, mas questionou se o mesmo não refletia aquilo que eram os compromissos e se não se podia ajustar às propostas feitas. Quando as propostas fossem coerentes e em benefício da população a CDU estava lá para ouvir e considerar. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Sérgio Faias disse que era uma realidade que aquele era o “nosso” orçamento e que era assim que gostavam de o considerar, tal como o orçamento de Estado era considerado o orçamento dos Portugueses, independentemente das opções que lá eram colocadas e das divergências que podiam existir sobre elas.-----

-----No que dizia respeito ao Edifício Municipal referiu que julgava ser transversal, que aliás não havia nenhuma força política, das que ali estavam sentadas, que não tivessem colocado no seu programa eleitoral, a necessidade de um edifício central para os serviços da Câmara Municipal, nomeadamente, os administrativos e técnicos, sendo uma emergência em função daquilo que eram as condições de trabalho.-----

-----Terminou acrescentando, relativamente à questão da Deputada Luisa Carvalho, que existia um programa de gestão de efetivos, e que o processo remetido à AMS incluía um documento, com cerca de 3 ou 4 páginas, que refletia aquilo que eram as formações e todas as matérias relativas aos Recursos Humanos. -----

-----Cedeu em seguida o uso da palavra ao **Vereador Américo Gegaloto** que cumprimentou todos os presentes e referiu, relativamente à questão do PS não apresentar propostas, que não era um caso único mas sim um caso recorrente, porque em mandatos anteriores também haviam apresentado um conjunto de propostas, e o que lhes havia sido sistematicamente dito era que não se enquadravam naquela que era a estratégia e opções do Executivo Maioritário, e naquele contexto as propostas foram, quase todas, liminarmente rejeitadas. -----

-----Disse que aquele Orçamento era um orçamento consolidado do lado da receita e do lado da despesa. Havia sido um orçamento difícil de fazer por causa da questão do pessoal e algumas das coisas que o PS tinha no seu programa eleitoral dificilmente se encaixariam naquilo que eram as opções de investimento do Executivo da CDU juntamente com o PSD. -----

-----Acrescentou que ouviam as propostas mas que, depois, não havia efetivamente uma ação prática no sentido de introduzir algumas das medidas apresentadas e era uma opção da força política, num orçamento que era consolidado e com um conjunto de vicissitudes relativamente à questão do pessoal, dos quais reconhecia as dificuldades. Não havia muito a fazer.-----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que era um orçamento da CDU e não do PS e que em alguns pontos, como dizia na declaração de voto, concordavam, até porque todas as forças políticas ali representadas certamente concordavam com o conjunto de investimentos. -----

-----Podiam até não concordar com algumas questões mas aquele orçamento não tinha a opção de voto na generalidade e outro na especialidade como o Orçamento de Estado, o que permitiria ter outro tipo de abordagem e flexibilização na alteração daquilo que era o documento que lhes era apresentado.

-----Disse que as forças políticas apresentavam os seus programas eleitorais, algumas coisas coincidiam, outras nem tanto, e faziam as suas opções. Era naquele contexto da cristalização que podiam ouvir, mas depois não vertiam para o documento aquilo que podiam ser outras ideias ou outras posturas e contributos. -----

-----Tomou o uso da palavra **o Presidente da CMS** que agradeceu a intervenção do Vereador Américo Gegaloto e disse que não tinha tido a oportunidade de responder e usar aquele argumento porque não tinha sido colocada nenhuma proposta, mas que ficaria para uma próxima oportunidade garantidamente.

-----Disse que, pegando no exemplo dos Orçamentos de Estado recentes, da conjuntura política recente na Assembleia da República e nas palavras do Ministro das Finanças, normalmente o que se fazia era estarem sempre disponíveis para qualquer alteração ao orçamento, teriam era de ir buscar a verba a outro lado e consertariam entre as forças políticas aquelas alterações.-----

-----Referiu que no orçamento para 2019, com as particularidades e excecionalidades colocadas, o PS não tinha a possibilidade de usar o argumento de as propostas terem sido recusadas porque não foram sequer apresentadas. Até poderia dizer, em bom-tom, que não sabia se era porque sabiam que as propostas iam ser recusadas ou se se recusavam a apresentá-las. Mas, esperava que todas as forças políticas, apresentassem propostas e questões que pudessem ser mais-valias no ponto de vista da população que obviamente deveriam de ser consideradas. -----

-----Mandava a razoabilidade fazer o trabalho de casa e fazer como era na Assembleia da República, que seria, se baixassem no IRS aumentariam no imposto sobre os combustíveis e o PS e a CDU votariam a favor. -- -----

-----Dando continuidade às respostas das questões colocadas pelo Deputado Sérgio Faias, relativamente à Educação, disse que apesar do *timing* e das dificuldades, a CMS tinha tentado, sem prejuízo de manter aquilo que eram os investimentos imateriais, acomodar aquilo que eram os investimentos. E disso tinham resultado duas coisas, o ter uma perceção mais clara possível do cronograma dos investimentos, o escalonamento financeiro pelos anos que estavam previstos de

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

execução de cada um deles, e o olhar para a despesa do ano anterior e aferirem se naquela rúbrica estavam inicialmente acomodados 450 mil euros. Mas, como a execução até ao final do ano não iria ultrapassar os 390 mil euros, colocaram naquela rúbrica 390 mil. -----

-----Disse que estavam a falar de um orçamento de 54 milhões de euros que passados 4 meses provavelmente aumentaria entre 2 a 3 milhões de euros, porque era espetável que em 2018 a dívida a curto-prazo a fornecedores fosse na ordem dos 1,5 milhões de euros, e mesmo fazendo a amortização do empréstimo do BEI, seria praticamente tudo acomodado, sendo que, o excedente serviria exatamente para aquilo. -----

-----Exemplificou que na rúbrica de iluminação pública estavam 950 mil euros e, naquele ano, já haviam gasto mais de 1 milhão e provavelmente seria necessário reforçar a rúbrica. Mas, quando faziam o orçamento ficaram com a perceção que teriam 2 milhões de euros para inserir em Abril que serviriam precisamente para fazer face a algumas rúbricas que pudessem estar quase à pele. -----

-----Referiu que para se fazer aquela leitura, tinha de se verificar a execução que era feita durante o ano de 2018. O previsional era aquele que previam gastar e o executado era aquele que conseguiam executar. -----

-----Tendo em conta que foi aprovado quase no final do ano, tiveram mais margem do ponto de vista da execução do orçamento da despesa para serem o mais fidedignos possíveis, e por esse motivo, se no ano anterior estava previsto gastar 200 mil e se gastou 180 mil, era esse o valor que colocariam na execução, porque estavam a falar de 20 mil euros, e era o somatório de muitos mil euros que lhes permitia, também, acomodar grande parte dos investimentos previstos. -----

-----Quanto às questões colocadas pela Deputada Andredina Cardoso, referiu que só colocavam nos plurianuais aquilo que sabiam mais ou menos. Às vezes colocavam lá um valor residual ou colocavam, sobretudo na área dos investimentos PPI, um quadro, o mais fidedigno possível, da previsão. -----

-----O plurianual era só para vir sobretudo na área dos grandes investimentos, era claro que no ano seguinte havia de surgir em 2020 com o valor necessário e em 2021 com uma previsão. -----

-----Relativamente à habitação social, referiu que havia uma lista de espera da qual desconhecia o número, mas que de facto era mais do que a oferta que tinham de casas. Referiu também que no ano seguinte iria haver um investimento na habitação social, no edifício do Bloco da Mata, onde seria abatido um edifício que estava em risco elevado de colapso e requalificada uma zona da freguesia de Santiago, que bem precisava, porque aquilo era um “elefante branco” que existia na Vila de Sesimbra, onde seriam criados cerca de 20 fogos para habitação social. Um investimento que custava 1,8 milhões de euros, só o

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

edifício. -----

-----Disse que não tinham, em termos de oferta de habitação, o número suficiente para aquilo que eram os pedidos, o que não queria dizer que os pedidos fossem todos avaliados do ponto de vista de problemas sociais, até porque a listagem era dinâmica e tinha de ser sempre vista de 3 em 3, ou 6 em 6 meses, em função dos rendimentos dos agregados familiares, porque poderiam passar pessoas para cima ou para baixo, em função de circunstâncias excecionais, como ficar desempregado por exemplo. -----

-----Disse ainda, que aquela não era uma competência estrita da Câmara Municipal e o Concelho de Sesimbra era dos poucos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa onde não existia uma única casa do Instituto Nacional de Reabilitação. -----

-----Disse que havia terminado as respostas às questões colocadas e pediu que se houvesse alguma questão a que não tivesse respondido que as voltassem a fazer. Disse também que poderiam ter divergências políticas e partidárias mas ninguém podia acusar a CMS porque esta apresentava um orçamento realista e a história dos últimos tempos tinha vindo a demonstrar que existia uma boa capacidade de gestão. -----

-----Não se previam fatores extraordinários do ponto de vista da receita, a única questão que ali estava era a receita proveniente do IMT, mas era uma receita que estava inferior ao que já havia sido arrecadada no ano de 2018 e nem era nada que fosse especulativo. -----

-----Referiu que estavam numa altura em que eventualmente era expectável que o Município pudesse receber alguma verba proveniente da alienação de solos, nomeadamente devido à existência de alguns interessados no Loteamento Industrial do Zambujal, mas se a Câmara vendesse, pelo valor que tinha da avaliação, os dois lotes que a CMS havia deliberado colocar em hasta pública, não ultrapassavam o que estava previsto na venda da alienação no orçamento para 2019.-----

-----Terminou dizendo que não estava ali a esconder nada e que era discutível se a opção era “A” ou “B”, mas existiam coisas em que todos tinham de ser razoáveis, pois tinha ouvido, ali, questões que lhe pareciam impossíveis de ouvir, e que da parte da gestão da CDU havia abertura para uma discussão, independentemente do tempo, da amplitude e do que fosse necessário discutir. -----

-----**A Presidente da AMS** informou que haveria uma segunda ronda de questões. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse ter ouvido ali falar de sustentabilidade, urbanismo e paisagens, mas de todos os Deputados da Assembleia, à exceção da Presidente da AMS, era o único que ali estava desde 2000/2001, e se queriam falar sobre aquela matéria, então teriam de fazer uma retrospectiva dos anos anteriores. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que não se podiam esquecer dos anos em que entravam carrinhos de mão com dinheiro na Câmara, e se fossem a ver os investimentos feitos, havia um que o deixava preocupado, que era a questão do Urbanismo, e tinha pena que naquela altura, o Deputado Paulo Caetano não estivesse na Assembleia.-----

-----Passou depois a ler a intervenção que o seu Grupo Municipal havia preparado sobre o plano de atividades, orçamento, mapa de pessoal, PPI e AMR'S:-----

-----*“O Orçamento hoje apresentado é o documento estratégico de maior importância para o Concelho de Sesimbra.-----*

-----*Pode-se afirmar que este orçamento é o possível porque o mesmo assenta nas receitas próprias do Município ou seja nos impostos diretos, porque se falássemos das transferências do Estado podíamos dizer que eramos um Município estagnado.-----*

-----*Com um orçamento de 54 Milhões e 700 mil euros, acreditamos ser este um orçamento ambicioso e exequível.-----*

-----*No entanto advertimos que o executivo quer ter um orçamento baseado nos impostos diretos onde sobressai o IMI e o IMT, este último resultante dos ventos que sopram da economia que pode ser um risco, pois esses mesmos ventos que sopram de feição à economia do País poderão a qualquer momento mudar e o município fica exposto.-----*

-----*Do empréstimo utilizado do BEI (Banco Europeu de Investimento) destinado a financiar os investimentos, tem juros superiores aos próprios juros da banca, mas apesar ser um grande esforço para a autarquia é uma forma de utilização dos fundos comunitários que permite fazer obras que tem dado grande visibilidade ao concelho o que seria uma pena não utilizarmos.-----*

-----*Queremos realçar que este município elege a educação como um fator principal e com um investimento de mais de 3 milhões e 400 mil e em nosso entender bem.-----*

-----*A educação é apontada como uma forma eficaz de promover o desenvolvimento do indivíduo na sociedade. Na perspetiva individual, o indivíduo com maior escolaridade insere-se com mais facilidade no mercado de trabalho, tendo maiores possibilidades de mobilidade social e pode quebrar o ciclo da pobreza. Na perspetiva social, uma população com maior escolaridade torna-se mais produtiva no trabalho, gerando maior riqueza e utilizando melhor os recursos que a sociedade dispõe. Não obstante a importância do ponto de vista económico, a maior escolaridade contribui para cidadãos mais conscientes. No entanto também não podemos deixar de lamentar o decréscimo de investimento em relação a outros anos no capítulo da juventude e da ação social.-----*

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Continua o município a honrar os seus compromissos, no que diz respeito ao PAEL, ao FAM e agora com um novo compromisso com a AML em relação ao que nós apelidos de uma das maiores conquistas do poder autárquico, que é o Passe que vai ficar conhecido pelo 30/40 em que o município de Sesimbra irá ter um custo anual na casa de 1 milhão de euros.*-----

-----*O novo quadro orgânico da Câmara Municipal, é por nós entendido como uma ferramenta fundamental, por isso mesmo, reconhecemos a necessidade de se dar a maior celeridade neste processo. Há um conjunto de fatores de mérito que esta proposta introduz na estrutura orgânica, que merece inteira concordância e apoio, em especial: a qualificação do quadro de pessoal, assente na perspetiva de admissão de profissionais superiores em novas competências, a abrangência das novas funções com a criação de serviços adequados e a satisfação de requisitos previstos nos quadros da função pública.*-----

-----*Em relação ao Plano de Atividades é abrangente nos vários objetivos a que se propõe e verificamos com agrado que muitos deles fazem parte do programa eleitoral do PPD/PSD.*-----

-----*Congratulamo-nos com os investimentos previstos em parceria com o estado, neste orçamento, como sendo a recuperação da escola navegador rodrigues soromenho, o centro de saúde de santiago e o novo tribunal de Sesimbra.*-----

-----*E por iniciativa municipal, o auditório da quinta do conde e a nova escola de 2º ciclo também nesta freguesia entre outras.*-----

-----*Lamentamos que o Estado em cooperação com o município ainda não tenha conseguido resolver a questão da escola secundária da quinta do conde ou uma luta com mais de 20 anos, não existindo ainda qualquer perspetiva da sua construção.*-----

-----*Ou mesmo a construção do novo centro de Saúde ou a recuperação do antigo.*-----

-----*No que se refere ao balanço do trabalho desenvolvido em 2018, temos uma opinião positiva mesmo na diferença de opiniões e de posições. Acreditamos que será possível em 2019 irmos mais longe, o objetivo é a defesa dos interesses do concelho de Sesimbra.*-----

-----*Não podemos também esquecer que este trabalho se deve a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra pelo seu empenho e colaboração.*-----

-----*Os Membros eleitos do PPD/PSD votam este Plano de Atividades e Orçamento, Mapa de Pessoal, Plano Plurianual de Investimentos e Plano Plurianual de ações mais Relevantes para o 2019 favoravelmente, porque reconhecem que existem muitos objetivos que constam do seu programa eleitoral e que contemplam várias propostas apresentadas pelo Vereador do PPD/PSD Francisco Luis.”*-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que referiu que o MSU, ao longo daqueles 5

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

anos, tinha tido a preocupação, sempre que tomava uma posição sobre qualquer assunto, de explicar o porquê da posição e julgava não ter havido até àquele momento dúvidas em relação às suas posições. Não tomavam uma posição só porque lhes apetecia, fundamentavam aquela posição. -----

-----Relativamente à imagem do barco disse que o objetivo daquela sua referência era que cada um distinguisse a opção política e os efeitos em relação à nau que era a Câmara Municipal, no sentido em que não era suficiente analisar só as opções políticas, mas também analisar qual iria ser o comportamento da nau.-----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que mencionou que algumas questões que tinha colocado não haviam ficado totalmente esclarecidas mas que teriam, certamente, tempo, mais tarde, para as esclarecer.-----

-----Referiu ter percebido a explicação relativamente aos custos tendo em conta a verificação da taxa de execução que havia sido usada para ajustar as GOPS para 2019. No entanto, existiam 2 ou 3 investimentos que viram uma redução do valor. -----

-----Relativamente a comentários colocados sobre as perguntas e o porquê das mesmas se repetirem após as reuniões de comissão, referiu que, na prática, o que estavam todos a fazer era exercer e desenvolver o papel fiscalizador da AM. Acrescentou que o Executivo poderia às vezes não ficar muito confortável com o excesso de algumas perguntas, mas de facto a função dos Deputados da AMS era tentar perceber, e quando não percebiam à primeira voltavam a perguntar e a insistir, e o papel do Executivo era apresentar as explicações às questões colocadas. -----

-----Uma vez que nas reuniões das Comissões, a população não tinha a oportunidade de assistir, era importante que aquelas questões fossem colocadas para esclarecer, pois o papel deles era precisamente representar a população do Concelho e colocar as questões que a população, se pudesse estar ali, colocaria. -----

-----No que dizia respeito à questão da ambição, consideravam a proposta demasiadamente ambiciosa e a ambição refletia-se no facto de gostarem de ver um pouco mais de realismo. Sabiam que existia um conjunto de constrangimentos, por vezes externos, outras vezes internos, que se impunham, principalmente na questão dos investimentos, desde códigos dos contratos públicos que felizmente tendiam em trazer mais transparência aos procedimentos e infelizmente tendiam em atrasá-los mais. ---

-----Disse que o desenvolvimento e bons ventos que o País vinha vivendo naquele momento, teria depois normalmente consequências, pois puxava a inflação para cima, o que fazia com que os concursos públicos lançados com preço base ficassem desertos e tivessem de lançar novamente.-----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tudo aquilo acabava por trazer algumas derrapagens e olhando para o conjunto de procedimentos que teriam de ser lançados consideravam que existia ali alguma ambição e menos realismo. Isso refletia-se olhando para os dois anos anteriores e os saldos que haviam transitado de 2017 para 2018, pois haviam percebido que de 2018 para 2019 também iriam transitar, um primeiro de cerca de 3 milhões de euros e outro de cerca de 2 milhões de euros. O que significava que não tinha existido a capacidade de executar tudo o que se tinha colocado nos orçamentos. -----

-----Referiu que aquela situação acabava por se refletir na questão dos programas eleitorais e quando foi ali referido que havia um programa eleitoral mais ambicioso do que outro, ele diria que se calhar existia um mais realista do que outro. -----

-----Ainda relativamente aos saldos que transitaram de um ano para o outro, disse que quando votaram o que seria o valor dos impostos a cobrar pelo Município em 2019, tinha precisamente a ver com o facto de os saldos transitados se poderem refletir numa redução daquilo que eram os encargos das famílias e das suas contribuições para o orçamento. -----

-----Referiu alguma incoerência no discurso a nível local e daquilo que era o exercício do poder, e o que se verificava nível nacional. -----

-----Saudou que se fizesse o pagamento à banca, no sentido de obterem melhores condições de financiamento, no entanto, aquele discurso era feito de forma contrária na Assembleia da República, porque era apontado ao Governo que em vez de estar a pagar as suas dívidas deveria de estar a tributar menos ou a colocar menos impostos sobre os portugueses. -----

-----Talvez os Deputados do PCP da Assembleia da República tivessem alguma coisa a aprender com o exercício do poder na Câmara. -----

-----Relativamente à expressão gelo quente, e sendo professor de hidrodinâmica e termodinâmica, deixou a nota de que o mesmo era possível porque a água só se transformava em gelo aos 0 graus se estivesse à pressão atmosférica, e que a qualquer outra pressão, poderia ser qualquer outra temperatura. Assim como a água passar 2 vezes por baixo da mesma ponte também era possível porque já existiam sistemas de bombagem que permitiam que os rios corressem ao contrário. -----

-----Foi cedido o uso da palavra ao **Deputado José Braga** que disse ao Deputado José Guerra que este havia adiantado o seu sentido de voto e a sustentação que fazia daquele voto não apresentava grande argumentação, mas com todo o respeito, há pouco mais de um ano que era eleito como Deputado e sempre havia assistido o BE a votar contra os documentos estruturantes apresentados pela Câmara. Se descia a dívida, votava contra, se aumentavam os investimentos, votava contra, se aumentava a

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

contratação de novos trabalhadores, votava contra, e poderia referir muito mais. -----  
-----Acrescentou que esperava que aquele sentido de voto não fosse acompanhado pelas outras bancadas.-----  
-----Referiu que no ano anterior, aquando da discussão do orçamento e das GOP, o Deputado João Pólvora havia produzido afirmações sobre transparência e falta de democracia, e na altura, a bancada da CDU dera a resposta adequada, mas hoje havia voltado a fazer a mesma acusação. Disse que não iria dar a resposta porque ela já havia sido dada pelo PCMS, mas não iria resistir a uma próxima oportunidade que o Deputado voltasse a repetir aquelas acusações.-----  
-----Relativamente à afirmação do Deputado Sérgio Faias, sobre aquele ser o “nosso orçamento”, referiu que o Deputado falava como munícipe mas também como líder de bancada do PS e que se verificava uma grande evolução relativamente à posição tomada em 2017 em que o PS não se refletia naqueles documentos. Esperava que o seu voto fosse de encontro à sua intervenção, e depois teria de se entender com os seus camaradas de bancada, pois pelas suas intervenções, aquele orçamento era expansionista, tinha falta de estratégia e transparência. -----  
-----Questionou se na afirmação do Deputado Sérgio Faias sobre aquele ser “o nosso orçamento”, se referia a ele como munícipe ou como líder de bancada e em nome da bancada.-----  
-----Foi cedido o uso da palavra ao **Deputado José Guerra** que referiu que quando havia questionado a CMS sobre a Lagoa de Albufeira fora porque o programa designado por “Portugal Litoral 21”, dizia estarem previstas ações, já para aquele ano, de criação de uma área protegida no âmbito local com os objetivos de preservação e conservação dos valores naturais existentes, ecológicos, geológicos e científicos, e promoção de uma gestão ativa dos ecossistemas dos habitats, na Lagoa de Albufeira, reserva natural A54, com uma empreitada no valor de 350 mil euros, sendo que a responsável seria a Câmara de Sesimbra entre outros, e não vira qualquer alínea desta empreitada nos documentos. -----  
-----Disse também que o ordenamento de acessos à Lagoa de Albufeira em áreas degradáveis A53 – proteger e valorizar os habitats – sistema dunar, tinha como responsável, a Câmara Municipal de Sesimbra, com um valor de 100 mil euros. -----  
-----Questionou se o PCMS tinha algum conhecimento sobre alguma daquelas situações, e se tivesse, gostaria de ser esclarecido.-----  
-----Disse que o BE estava de acordo com as 3 obras estruturantes da Câmara que tinham a ver com a educação, saúde e justiça e os acordos com os respetivos ministérios para a construção de novas estruturas para os cidadãos. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre a construção do edifício único para os serviços da CMS, disse que o BE concordava e que estava na sua proposta de campanha, mas o que os separava era se ia ou não existir algum acordo com imobiliárias em que se construísse fora do traço da ARU e que não se juntasse a outras que estavam a destoar na Vila. -----

-----Disse que quando defendiam a baixa de impostos não era só uma questão de programa político, era mais uma passagem de confiança aos munícipes, sentindo também as conquistas de equilíbrio financeiro, consecutivo, conseguido pela Câmara Municipal e servindo de chamariz para os que queriam ter uma segunda habitação no Concelho, ou que viessem viver as suas reformas para Sesimbra. -----

-----Relativamente à intervenção do Deputado José Braga, disse que já alguém havia ali afirmado que se o orçamento e as GOPS fossem votados, ponto por ponto, provavelmente, na maioria das coisas votaria a favor, mas como não era, não votava. Na reunião de comissões haviam sido levantadas questões relativamente ao Mapa de Pessoal e ele não levantara problema nenhum, pelo contrário, concordava plenamente, tanto na entrada de mais pessoal, como nos seus respetivos direitos e aumentos a que tivessem direito. -----

-----O **Deputado Lobo da Silva**, relativamente à afirmação do Deputado Sérgio Faias de se estar a viver bons ventos, referiu que era uma verdade, mas que a única coisa que o PSD dizia era que esperava que o Governo soubesse consolidar o País com aqueles bons ventos, porque bastava existir um desvio e teriam um problema e viver novamente com um temporal. -----

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que a propósito do Deputado Lobo da Silva ter lamentado o facto do Deputado Paulo Caetano não estar na AMS em anteriores mandatos, disse que já havia estado na AMS, enquanto munícipe, mais do que uma vez e havia participado em todas as sessões públicas que diziam respeito a planos de pormenores e de outros projetos, não só imobiliários mas também tecnológicos, e era por isso que manifestara algumas preocupações que ali refletira. -----

-----Relativamente a promotores e investidores privados oferecerem contrapartidas, disse que em algumas situações até seriam benéficas para o município, como a recuperação da marginal de Sesimbra, que até estava melhor, mas não estava boa. -----

-----Relativamente ao “elefante branco” questionou se também se estava a incluir a “Sesimbra Shell” ou o “Fórum Sesimbra”, que eram magníficos exemplos do que não se devia aceitar a qualquer custo. ---

-----O **Deputado Sérgio Faias** disse que não conseguia dissociar o papel de munícipe do papel de líder de bancada, pois só podia ser líder de bancada sendo munícipe, e quando dizia que era o “nosso orçamento” significava que era o orçamento de todos os munícipes. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tomou o uso da palavra o **PCMS** e, no que dizia respeito às questões colocadas pelo Deputado José Guerra relativamente à Lagoa de Albufeira, referiu que as mesmas já haviam sido colocadas há menos de uma semana pelo Munícipe José Carlos Dias, sobre aquilo que eram as intervenções previstas no programa de Orla Costeira Alcobaça-Espichel. -----

-----A questão da Área Protegida Local era o projeto que há pouco tinha referido em resposta ao Deputado João Pólvora. Era uma proposta da Câmara Municipal e era o que estava previsto no programa, não queria dizer que viesse a haver financiamento. -----

-----Relativamente à questão do Edifício Municipal referiu que aquilo que os separava naquele momento não era a definição da ARU mas sim 8 milhões de euros estimados. Sendo que não havia grande alternativa a partir do momento em que o Município condenara o terreno do Largo do Calvário para o Centro de Saúde. De momento, na posse do Município, só existiam terrenos na Avenida da Liberdade e nas zonas confinantes. -----

-----Não podiam dissociar a construção de um equipamento daquela natureza que por si só, representava 8 milhões de euros, de duas questões fundamentais, a necessidade de estacionamento e a reabilitação de alguns equipamentos coletivos que também existiam naquela zona, o estádio de futebol e o terminal rodoviário. -----

-----Se a solução era aquela que estava preconizada em 2009 ou se era uma solução diferente, confessou não estar em condições de poder responder, esperava poder fazê-lo com uma resposta concreta, com um horizonte não muito distante. -----

-----Aquilo que esperavam era que pudesse ser concretizável, tendo em conta que provavelmente o Município, para manter na sua posse um conjunto de solos, manter algumas regras, o stp, as cércias ao nível das cércias existentes, teria de tentar arranjar uma solução que conseguisse o melhor daqueles 3 mundos, que eram a reabilitação dos equipamentos coletivos e a garantia do aumento do estacionamento, pois mesmo aquele estacionamento em estado deplorável de terra batida, o solo não era do município, e se o proprietário chegasse lá e pedisse para vedar o terreno, poderia fazê-lo. -----

-----Se a Câmara conseguisse, com 8 milhões de euros, ter o edifício mais a resolução de alguns daqueles equipamentos, mais o estacionamento, seria o preferível respeitando obviamente as regras do ARU e do PDM. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Sérgio Faias, disse que relativamente à eficiência energética, tinha havido uma revisão no âmbito das candidaturas e estava mais consolidado do ponto de vista daquilo que eram os investimentos. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse existirem duas questões distintas. Uma tinha a ver com o facto de naquela fase já existirem os projetos de execução para algumas das situações, e possuírem então os valores mais corretos e fidedignos daquilo que seriam os encargos. -----

-----Disse que tinha havido, na Almoinha, dois investimentos de duas candidaturas de dois Países diferentes, que provavelmente estariam na mesma rúbrica, em que uma tinha a ver com a eficiência energética e a outra com a reabilitação da área exterior, sendo que, relativamente à eficiência energética, a proposta era reabilitar todas as fachadas dos edifícios do Bairro da Almoinha, mas a candidatura revelou-se como não elegível, tendo a Câmara Municipal optado por retirar a candidatura e não fazer a intervenção. -----

-----Relativamente ao papel da AMS ali reunida e o papel das comissões, referiu que nunca dissera que não se deviam fazer perguntas nas comissões, o que dissera fora que uma vez que já tinha explanado e exposto todas as questões relativamente aos documentos provisionais com uma explicação altamente detalhada e frontal nas Comissões, deixaria de o fazer para o fazer na Assembleia. Pois até do ponto de vista do público presente, era sempre preferível que a Câmara Municipal apresentasse as soluções de forma detalhada em plenário. -----

-----Quanto à questão da ambição e realismo, disse que deduzia e acreditava que a população do Concelho de Sesimbra, quisesse nos seus eleitos, pessoas ambiciosas e responsáveis, que não deixariam de ser realistas se fossem responsáveis, mas também não deixariam de ter a ambição necessária para aquilo que era a resposta aos problemas e aos anseios da população. -----

-----Relativamente à questão da execução e do saldo de gerência e da dificuldade de execução por ter um saldo de gerência grande, referiu que se a CMS passasse com dívida era porque tinha uma má gestão e o saldo de gerência não cobria a dívida, se a câmara passasse com saldo de gerência superior à dívida era porque tinha uma má gestão e não havia conseguido executar. -----

-----Disse que se lembrava de, em Almada, no primeiro relatório de contas do atual mandato, uma das coisas que havia sofrido muitas críticas fora o saldo de gerência ter sido o inferior aos dos últimos anos, e portanto haviam concluído que o Executivo havia “esbanjado” dinheiro. -----

-----No que dizia respeito à questão da aprendizagem e das questões da dualidade de opinião, disse que já por diversas ocasiões e até contra o ponto de vista daquilo que era a sua posição política ou partidária, tinham posto os interesses do município de Sesimbra à frente de interesses político-partidários. Haviam-no feito com o PAEL e fá-lo-iam sempre que fosse necessário, mas contrariamente aos Governos mais recentes, eles conseguiram fazer um investimento e reduzir a dívida. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que os municípios muitas vezes argumentavam que os Governos deviam de aprender muito com o que era o trabalho, do ponto de vista de gestão financeira, dos próprios municípios. Muitas vezes quando queriam ser professores e impor uma serie de procedimentos, deviam era de aprender com o que se fazia nos municípios e aplicá-los na Administração Central.-----

-----Quanto à questão da aprendizagem do “gelo quente” referiu que apesar de já ter usado a expressão várias vezes, a expressão não lhe pertencia, mas sim ao José Sócrates que a usou em 2007, e passou a citar: *“Durante 2 anos a maioria e o Governo prometeram ao País uma política baseada na obsessão do défice orçamental e por isso congelou os salários, subiu os impostos e cortou no investimento público. 2007, temos crise, temos receção, temos desemprego e não conseguiram baixar o défice abaixo dos 3%. Senhor Primeiro-Ministro Santana Lopes o que prometeu aos portugueses foi fazer gelo quente, mas lamento desiludi-lo senhor Primeiro-Ministro, gelo quente não existe.”*-----

-----**A Presidente da AMS** referiu que não havia mais nenhuma intervenção, e portanto passaria a colocar à votação a proposta da CMS, tendo a Assembleia Municipal aprovado por maioria, com 14 votos a favor (12 CDU e 2 PSD), 3 votos contra (2 MSU e 1 BE) e 6 abstenções do PS, sob proposta da Câmara Municipal, os documentos respeitantes às “Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento 2019 – Mapa de Pessoal”.-----

-----Perguntou em seguida aos deputados se queriam apresentar Declaração de Voto.-----

-----O **Deputado Lobo da Silva** disse que a Declaração de Voto do PPD/PSD iria no sentido da intervenção e que aproveitavam a oportunidade para desejar a todos um Feliz Natal, um Bom Ano de 2019 com muita saúde e trabalho.-----

-----O **Grupo Municipal do PS** apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----*“Como questão prévia, importa desde logo referir a atipicidade do todo o processo de preparação das GOP e Orçamento para 2019, cujos documentos previsionais apenas chegaram ao nosso conhecimento em data muito próxima da reunião de câmara, circunstância que inviabilizou um estudo mais detalhado.*-----

-----*Por outro lado, há ainda a referir que o processo de aprovação das GOP e Orçamento municipal não permite a introdução de propostas, pese embora o cumprimento do Estatuto da Oposição, contrariamente ao processo de preparação do Orçamento do Estado, designadamente com a aprovação na generalidade e posterior aprovação na especialidade, esta última uma oportunidade para introduzir alterações ao documento original.*-----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Nesse sentido, assistimos mais uma vez à apresentação de documento consolidado, sem qualquer margem de manobra para integração de novas propostas, com prévia execução financeira plurianual comprometida, ainda que se concorde com alguns dos apresentados, entendemos que a metodologia adotada é manifestamente limitadora de integração de outros contributos, soluções ou medidas. -----

-----No plano dos investimentos, importa referir que concordamos com um conjunto de intervenções estruturantes para o desenvolvimento do concelho, em relação aos quais o PS se empenhou no cenário tendente à sua concretização, outros resultaram diretamente do seu trabalho no executivo municipal anterior e da intervenção junto dos decisores políticos, entre outros:

----- O novo Centro de Saúde Sesimbra e perspetiva de construção/reabilitação de outra unidade de saúde na Quinta do Conde; -----

----- A requalificação e ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho; -----

----- A construção do novo edifício do Tribunal de Sesimbra; -----

----- o desbloquear do impasse quanto ao Cabo Espichel. -----

-----Importa também realçar de entre outros, a intervenção no Bloco da Mata, a qual não pode deixar ninguém indiferente face à situação de risco e perigo do edificado, cuja solução do problema se arrasta à décadas, bem como o cenário de lançamento de procedimento para construção do novo auditório da Quinta do Conde e ainda, o avançar com projeto para construção de Biblioteca Municipal na Quinta do Conde.- -----

-----No capítulo dos recursos humanos, uma área manifestamente sensível e de forte impacto orçamental do lado da despesa, considerando a perspetiva de aumento do número de funcionários dos atuais 908 para 1103 trabalhadores, realidade que impõe definitivamente necessidade de existência uma estratégia municipal de gestão de recursos humanos, o que não sucedeu no passado recente, considerando o número de novas contratações, prestações de serviços e mobilidades intercarreiras entre outras.- -----

-----A outro nível, não podemos deixar de registar como positiva, a menção à necessidade identificada de planear um novo edifício municipal, uma proposta sistematicamente apresentada pelo PS em anos anteriores, a qual na nossa perspetiva não deve ficar no plano das meras intenções como sucedeu em 2016, mas que deve de facto avançar, pois visa a promoção da eficácia e eficiência dos serviços municipais, quer ao nível dos seus recursos, quer ao nível do reforço da cultura organizacional, num ano em vamos assistir a aumento significativo do número de profissionais decorrente da conclusão dos concursos. -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Outro dos investimentos que reportamos como importante, reporta-se à reabilitação da rede de distribuição de água, matéria que nos é cara, lembrando o investimento significativo nesta área da gestão socialista, sendo que também foi o PS que despoletou essa discussão em 2013, designadamente face à urgente necessidade da redução das perdas no sistema.* -----

-----*Encontramo-nos perante um ciclo e volume de investimentos significativos, embora não estejamos certos que seja o maior ciclo de investimentos no concelho, considerando que os quadros comunitários permitem hoje a possibilidade de candidatar outro tipo de investimentos, realidade que à umas décadas atrás era inviável, onde muitos dos investimentos foram efetuados apenas tendo por base receitas próprias do município.* -----

-----*Estamos assim perante as GOP e Orçamento para o ano de 2019 que atinge o montante de 54,7 milhões de euros, superior em cerca de 3,7 milhões relativamente ao Orçamento Inicial do ano 2018, contudo abaixo do apresentado para 2010 (58,2 M€), 2011 (61 M€), 2012 (68 M€), 2013 (59 M€) entre outros, cujas taxas de execução apresentadas foram medianas, com reflexos diretos no investimento realizado e não pago.* -----

-----*Da leitura dos documentos também resulta claro que, o atual momento de equilíbrio das contas públicas, não é alheio às dificuldades de percurso, em que as respostas dos serviços às necessidades das populações em diversas áreas foi e é deficitária ou peca por defeito, realidade com enormes impactos na vida dos munícipes, existindo a perspetiva de reforço de intervenção em diversas áreas, sendo certo que, fica o aviso, sem uma verdadeira estratégia de desenvolvimento para as diversas áreas, os resultados vão continuar aquém das necessidades reais.* -----

-----*Em conclusão, estamos perante um Orçamento arriscado, muito exigente e ambicioso, um verdadeiro desafio a uma gestão que se quer realista e pragmática.* -----

-----*Face ao exposto, na qualidade de Vereadores do Partido Socialista, numa postura responsável, encarando as GOP e Orçamento como importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento económico, da coesão social e territorial do concelho, entendemos como adequado o voto de abstenção nas GOP e Orçamento para 2019.* -----

-----**O Grupo Municipal do BE** apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----*“No que diz respeito à votação das Contas e das GOPs, o Bloco de Esquerda votou contra por ter outras opções e outras propostas para o desenvolvimento do concelho de Sesimbra. No entanto, tal votação não invalida que se possam tentar encontrar consensos sobre áreas relevantes como o ambiente, a mobilidade ou a inclusão social.”* -----

Ata nº16 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “**Período da Ordem do Dia**”, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e vinte minutos do dia vinte de dezembro de 2018. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----